

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS-INGLÊS

FRANCIANNE DOS SANTOS VELHO

**LÍNGUA E ENSINO NAS REDES DO PODER: ANÁLISE DISCURSIVA DOS
PROGRAMAS JORNALÍSTICOS TELEVISIVOS *BOM DIA BRASIL, JORNAL
NACIONAL E CQC* ACERCA DA POLÊMICA DO LIVRO DIDÁTICO
*POR UMA VIDA MELHOR***

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA

2012

FRANCIANNE DOS SANTOS VELHO

LÍNGUA E ENSINO NAS REDES DO PODER: ANÁLISE DISCURSIVA DOS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS TELEVISIVOS *BOM DIA BRASIL*, *JORNAL NACIONAL* E *CQC* ACERCA DA POLÊMICA DO LIVRO DIDÁTICO *POR UMA VIDA MELHOR*

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso Superior de Licenciatura em Letras Português-Inglês do Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão (DACEX) – e do Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas (DALEM) – da Universidade Tecnológica Federal do Paraná– UTFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura.

Orientadora: Professora Mestra Adriana Cabral dos Santos

CURITIBA

2012



TERMO DE APROVAÇÃO

LÍNGUA E ENSINO NAS REDES DO PODER: ANÁLISE DISCURSIVA DOS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS TELEVISIVOS *BOM DIA BRASIL, JORNAL NACIONAL E CQC* ACERCA DA POLÊMICA DO LIVRO DIDÁTICO *POR UMA VIDA MELHOR*

por

FRANCIANNE DOS SANTOS VELHO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 04 de junho de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras Português-Inglês. A candidata foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Adriana Cabral dos Santos
Prof.(a) Orientador(a)

Ângela Rubel Fanini
Membro titular

Rossana Aparecida Finau
Membro titular

À Diva da Silveira Velho,
minha querida avó, uma pequenina
pessoinha que eu vi enunciar os mais
lindos discursos na terra.

AGRADECIMENTOS

Para o Povo Brasileiro – a quem eu devo o Ensino Superior Público de Qualidade;

Para a Literatura e a História – às quais eu devo o despertar;

Para o SwáSthya Yôga – o qual eu devo a busca pelo autoconhecimento;

Para o Clube Atlético Paranaense – o qual eu devo a taquicardia, as dores de estômago, os suores nas mãos, a rouquidão, a insônia e a paixão, muuuuuuuita paixão;

Para Merci Foucault – a quem eu devo o desafio de tentar entender uma das teorias mais complicadas da humanidade.

Para a Primeira Turma de Letras da UTFPR – à qual eu devo os quatro anos de amizade, companheirismo, compartilhamento, solidariedade, discussões e angústias;

Para minha orientadora, Adriana Cabral dos Santos, e aos professores do DALEM e DACEX – aos quais eu devo a dedicação e a esperança de dias melhores para educação brasileira;

Para minha Família e meus Amigos – aos quais eu devo o apoio, a compreensão e a confiança. Também as festas, os jantares, os almoços, os aniversários que eu não fui, as louças que eu não lavei, os dias que eu não “trabalhei”, as coisas que eu não paguei, para que eu conseguisse chegar até aqui.

Para meu querido Daniel “Ariza” – a quem eu devo o colo, o carinho e a paciência;

Para o “PedruRique” – a quem eu devo as gargalhadas mais gostosas;

Para meus pais, Francisco e Isimari – a quem eu devo a minha vida.

VERDADE

*A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.
(ANDRADE, Carlos Drummond, 1984)*

*Difícil de explicar, embora tão comum
Difícil de entender, embora seja a regra.
Até o mínimo gesto, simples na aparência,
Olhem desconfiados! Perguntem
Se é necessário, a começar do mais comum!
E, por favor, não achem natural
O que acontece e torna a acontecer
Não se deve dizer que nada é natural!
(BRECHT, Bertolt, 1928)*

RESUMO

VELHO, Francianne dos Santos. Língua e ensino nas redes do poder: análise discursiva dos programas jornalísticos televisivos *Bom dia Brasil*, *Jornal Nacional* e *CQC* acerca da polêmica do livro didático *Por uma vida melhor*. 2012. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Letras Português-Inglês) – Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão e Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Seguindo os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa, em especial as teorias de Michel Foucault, este estudo propõe demonstrar, a partir dos procedimentos de controle e delimitação dos discursos, como o discurso jornalístico televisivo reafirma e determina uma concepção de língua legitimada para ser ensinada na escola e aceita pela sociedade. Para isso, serão investigados os discursos que circularam na mídia brasileira, nos meses de maio e junho de 2011, em relação à polêmica acerca do livro didático *Por uma vida melhor*. A problemática amplamente divulgada pela esfera midiática girou em torno da afirmação de que por meio deste estar-se-ia ensinando aos alunos “o português errado”, visto que ele apresenta discussões referentes às variações linguísticas. Deste modo, para compreender como a mídia exerce poder na delimitação de sentidos a respeito da concepção de língua e do ensino de Língua Portuguesa e cria poucos direcionamentos no modo de significar os fatos a partir de um jogo de esquecimentos e evidências, serão analisados os sistemas de coerção internos, externos e de rarefação dos sujeitos que falam, do discurso foucaultiano – *interdição, separação/rejeição, vontade de verdade, comentário, autor, disciplina, ritual, sociedades do discurso, doutrina e apropriação social dos discursos* – presentes em textos multimodais de importantes programas da televisão brasileira que transitaram no período da referida polêmica, a saber, os jornais *Bom dia Brasil* e *Jornal Nacional*, da Rede Globo, e do programa jornalístico humorístico *CQC*, da Rede Bandeirantes.

Palavras-chave: Análise do Discurso, concepção de língua, gramática e ensino, mídia e poder.

ABSTRACT

Following the presupposition of French Discourse Analysis, especially, Foucault's theories, this study proposes to demonstrate, from the procedures for controlling and delimiting discourses, how the media discourses reaffirm and determine a legitimate language conception to be taught at school and accepted by society. To do so, the Brazilian media discourse will be analyzed, produced specifically in May and June 2011, concerning the polemic of the textbook *Por uma vida melhor*. The media sphere widely published the perspective that the textbook would teach "incorrect Portuguese" due to its presentation of linguistic variation. Accordingly, to comprehend how the media exercises power in the delimitation of meaning by using a game of forgetfulness and evidences. Coercion systems will be investigated and some multimodal text samples of Brazilian television programs that circulated in this polemic will be analyzed.

Key-words: Discourse Analysis, language conception, grammar and teaching, media and power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A POLÊMICA(?) SOBRE O LIVRO DIDÁTICO <i>POR UMA VIDA MELHOR</i> E AS REPORTAGENS DO <i>JORNAL NACIONAL</i>, <i>BOM DIA BRASIL</i> E <i>CQC</i>.....	12
2 ARQUEOLOGIA E GENEALOGIA – UMA QUESTÃO DE SABER E PODER.....	15
2.1 MÉTODO MISTO.....	19
2.2 O DISCURSO	20
2.3 O ACONTECIMENTO DISCURSIVO	22
2.4 O ENUNCIADO	23
2.4 AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS.....	26
3 SOBRE O DISCURSO ESCOLAR – UM RECORTE DOS DIZERES À RESPEITO DA LÍNGUA	30
3.1 A GRAMÁTICA ESCOLAR.....	32
4 SOBRE O DISCURSO MUDIÁTICO – O JORNALISMO ORDENADOR	34
4.1 NOTAS SOBRE LÍNGUA E SEU ENSINO NA MÍDIA BRASILEIRA.....	36
4.2 O PODER DA TELEVISÃO	38
5 ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE E DETERMINAÇÃO DO DISCURSO	40
5.1 PROCEDIMENTOS EXTERNOS.....	41
5.2 PROCEDIMENTOS INTERNOS.....	54
5.3 PROCEDIMENTOS DE RAREFAÇÃO (SEGREGAÇÃO) DOS SUJEITOS QUE FALAM.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

Na escola, por meio de professores, alunos, diretores, funcionários e dos livros, jornais, revistas, materiais didáticos, circulam discursos considerados legítimos, visto que é uma instituição estritamente associada ao “saber verdadeiro”, “autêntico”, ou ainda aquela responsável por “semear o conhecimento” (conhecimento enciclopédico que se acredita estar pronto; que não muda). Lugar também em que as práticas estariam de acordo com os estudos pedagógicos e científicos mais apropriados. Discursos de diferentes esferas sociais, advindos de diferentes lugares e pessoas (autorizadas), consolidam-se e determinam certas práticas tanto docentes quanto discentes. Entre eles estão os discursos provenientes da ciência/academia, das leis, do mundo do trabalho, dos vestibulares, das editoras e da mídia.

Em relação ao último, na sociedade pós-moderna, evidencia-se cada vez mais sua interferência na delimitação de conceitos e práticas na instituição escola, tendo em vista seu poder nas formas de circulação em meio à heterogeneidade de sujeitos. Para Brito (1997, p. 103), “um dos fundamentais instrumentos de formação de opinião na sociedade industrial de massa é a mídia”.

A respeito das concepções de língua e aulas de Língua Portuguesa são identificados constantemente na esfera midiática – tanto em programas e colunas voltadas para língua, quanto em comentários, reportagens, notícias – discursos consolidados que apontam quase sempre para os “erros do português” ou “o falar correto da nossa língua”. Para Possenti (2003), quando o assunto é língua, os principais discursos indicam a sua tentativa de unificação, mostrando que há o certo e o errado. Geralmente, os discursos apresentados pela mídia estão carregados de preconceitos e purismos, em que o viés normativo, a associação entre correção e inteligência e a concepção de que a língua é escrita/gramática são reveladas.

Ilustração deste fenômeno são os discursos que circularam, nos meses de maio e junho de 2011, na maior parte da mídia brasileira, afirmando que o livro didático *Por uma vida melhor* ao ser usado nas aulas de Língua Portuguesa estaria ensinando aos alunos o “português errado”, devido à abordagem de questões sobre a variação linguística. Assim, a partir da irrupção desse acontecimento discursivo em que diferentes relatos foram pronunciados acerca da língua e do seu ensino, é possível verificar quais os discursos neles imbricados e como atuaram os mecanismos de

controle e determinação do discurso para que certos relatos sobressaíssem ao invés de outros.

No caso dessa pesquisa, as reportagens a serem analisadas partem de importantes programas jornalísticos da televisão brasileira, a saber, *Bom dia Brasil*, *Jornal Nacional* e *CQC*, veiculadas no período da polêmica, em relação aos discursos sobre concepção de língua e o modo adequado a serem ministradas as aulas de Língua Portuguesa.

O foco deste trabalho, embora se saiba que é impossível não emitir um juízo de valor, não é promover discussões a respeito de quais são e como funcionam as práticas pedagógicas relevantes para o ensino de língua, qual a concepção de língua “verdadeira” a ser ensinada na escola ou ainda quais as reportagens se posicionaram adequadamente ou inadequadamente sobre a polêmica. Mas, seguindo a perspectiva foucaultiana do discurso, identificar as condições de aparecimento dos discursos das reportagens citadas e tentar entender como a questão de “língua ser sinônimo de gramática” ou “do erro de português” é sempre retomada. Verificar a atuação dos dispositivos de controle e determinação do discurso nos dizeres dos jornalistas, especialistas, professores e cidadãos, veiculados na época da polêmica, buscando compreender como é tão difícil que diferentes discursos com diferentes visões para a concepção de língua e do seu ensino estejam na escola e na sociedade.

Posto o acontecimento, cabe aqui indagar em relação à língua, a mesma questão que Foucault (2002, p.6) tenta responder em relação à História: “de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo de transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições”. A fim disso, será considerada a concepção do estudioso francês, para quem os discursos são práticas sociais, definidas históricas e institucionalmente, promovidas por relações de poder e saber, as quais constituem os sujeitos e os objetos discursivos.

Em suma, o presente estudo, à luz dos postulados foucaultinos, pretende demonstrar, como o discurso jornalístico televisivo reforça e determina uma concepção de língua adequada para ser ensinada na escola e aceita pela sociedade. A fim disso, serão analisados os procedimentos de controle e delimitação do discurso, tomando como objeto de estudo a polêmica em torno do livro didático *Por uma vida melhor* a partir dos efeitos de sentido criados pelas reportagens dos programas *Bom dia Brasil*, *Jornal Nacional* e *CQC*, veiculadas nos meses do referido acontecimento. Visar-se-á

indicar qual a concepção de língua e o papel das aulas de Língua Portuguesa apresentadas por tais discursos, dando atenção à pertinência da defesa deles no contexto sócio-político-cultural da atualidade.

Para tentar alcançar esses objetivos, no primeiro capítulo, será apresentado um panorama geral da mencionada polêmica e os principais aspectos dos programas e das reportagens do *corpus* de análise. Com o objetivo final de investigar a produção discursiva dos saberes por meio dos mecanismos de controle e determinação do discurso, no segundo capítulo, inicialmente, percorrer-se-á brevemente pela trajetória bibliográfica de Foucault e destacar-se-ão noções importantes de sua teoria, como, o discurso, o acontecimento discursivo, o enunciado, as formações discursivas e as relações de poder e saber.

Tendo em vista essas concepções, será necessário entender as condições de irrupção de certos discursos e identificar seus efeitos/dilemas constituídos historicamente, portanto, serão expostos, respectivamente, alguns aspectos do discurso escolar e do discurso midiático. Por fim, no último capítulo, para então refletir sobre os esquecimentos e as aparições de certos discursos promovidos pela mídia a respeito da concepção de língua e seu ensino, serão analisados os sistemas de coerção discursiva das reportagens escolhidas acerca da mencionada polêmica.

1 A POLÊMICA(?) SOBRE O LIVRO DIDÁTICO *POR UMA VIDA MELHOR* E AS REPORTAGENS DO *JORNAL NACIONAL*, *BOM DIA BRASIL* E *CQC*

Nos meses de maio e junho de 2011, circulou uma polêmica na mídia brasileira afirmando que o livro didático *Por uma vida melhor*, ao ser usado nas aulas de Língua Portuguesa estaria prejudicando a formação dos alunos, pois trata do que se denomina variação linguística.¹ O livro didático faz parte da coleção *Viver, Aprender*, organizada pela ONG Ação Educativa e foi produzido pelos autores Heloísa Ramos, Cláudio Bazzoni e Mirella Cleto. No início de 2011, foi distribuído para 4.236 escolas públicas

¹ *Varição linguística* refere-se, segundo Castilho (2010) à heterogeneidade dos modos de falar e escrever o português brasileiro por diferentes pessoas, em diferentes situações, lugares, e períodos. O autor afirma que as línguas são constitutivamente heterogêneas e necessitam de mudanças porque os humanos estão inseridos em múltiplas e dinâmicas situações sociais.

pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (doravante MEC), destinado à educação de Jovens e Adultos (EJA).

A questão amplamente divulgada pela maior parte das mídias impressas, televisivas e radiofônicas girou em torno da afirmação de que o livro didático estaria ensinando aos alunos a língua portuguesa de modo “errado”, devido aos erros de concordância que infringem a norma padrão culta terem sido descritos na primeira unidade do livro, intitulada “Escrever é diferente de falar”.²

Trechos desconexos e descontextualizados do livro didático foram largamente citados pela mídia com o objetivo de explicitar o absurdo, por exemplo, “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”, “Os menino pega o peixe” e “Mas eu posso falar ‘os livro’? Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre risco de ser vítima de preconceito lingüístico.”

Segundo a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), a polêmica revela a incompreensão da sociedade e da imprensa em relação ao trabalho dos pesquisadores da língua, já que os chamados “erros” se entendidos no contexto e explorados adequadamente nas aulas de língua contribuem para o desenvolvimento da consciência linguística. Para a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), chama a atenção o fato de as críticas terem sido pautadas apenas em trechos desatados e de desconsiderarem que a Linguística, como qualquer outra ciência, não acata a dicotômica certo/errado. Marcos Bagno, em pronunciamento para o jornal *O Globo*, acredita tratar-se de uma falsa polêmica, baseada em crenças e superstições sobre o que é a língua e o que significa ensiná-la. Além disso, afirma que existe uma questão política subjacente à polêmica, pois o repúdio do tratamento das variações linguísticas mostra o descaso das elites com a tentativa de democratização efetiva da nossa sociedade.

Embora tenham sido veiculadas opiniões de instituições importantes e de pessoas da área da Linguística e da Educação em algumas mídias, delineando perspectivas mais interessantes quando o assunto é língua e variação – a língua muda e tais mudanças devem ser trabalhadas na escola – verifica-se que os discursos que se sobressaíram foram aqueles respaldados em fragmentos do livro didático, descolados do contexto e que reafirmam um conceito para Língua Portuguesa: Língua Portuguesa é sinônimo de gramática.

² O capítulo completo está disponível em <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/V6Cap1.pdf>>

Na maioria das reportagens o acontecimento é tratado como uma polêmica, um “espetáculo”. A atmosfera é de alarde e de histeria, porque admitir que a língua popular não esteja errada é quase um crime. Manchetes alarmistas povoaram as mídias, como, “Entenda a polêmica do livro que defende o ‘nós pega’ na escola”, “Para onde caminha a Língua Portuguesa?”, “Ministro da Educação defende o livro que trata dos erros de português”, entre tantas outras.³ Vários professores, especialistas e jornalistas compartilharam sua indignação e reiteraram, incansavelmente, o absurdo de a escola admitir ensinar o “errado”, já que com isso, não estaria formando cidadãos.

Isso posto, é possível afirmar que alguns dos discursos consolidados por essas mídias ainda são: a língua é abstrata, linear e imutável e a aula de Língua Portuguesa deve ser aula de regras gramaticais. Esses discursos que rondam a mencionada polêmica concebendo a língua como algo afastado da realidade são observados em reportagens, nos telejornais *Bom dia Brasil* e *Jornal Nacional* nos dias 17 e 13 de maio, respectivamente, e no programa jornalístico humorístico *CQC*, no dia 23 de maio.

Os telejornais *Bom dia Brasil* e *Jornal Nacional* são veiculados diariamente na Rede Globo, a maior emissora de TV do Brasil. Ambos visam, de acordo com o site oficial, isenção, correção e agilidade no trabalho jornalístico. O primeiro jornal é matinal e possui formato de revista, em que assuntos como economia, política, culinária e esportes são abordados. Além dos apresentadores Renato Machado e Renata Vasconcellos, conta com comentários de Chico Pinheiro, Miriam Leitão e Zileide Silva. O segundo telejornal, apresentado por Fátima Bernardes e Willian Bonner,⁴ está no ar desde 1969 e é considerado pelo senso-comum o mais importante noticiário brasileiro devido à elevada audiência e por fazer a cobertura de grandes eventos⁵.

Por outro lado, o *CQC* é um programa de caráter jornalístico humorístico, da Rede Bandeirantes, outra importante emissora brasileira, que estreou no dia 17 de março de 2008, e é exibido todas as segundas-feiras à noite. O objetivo é apresentar o resumo das notícias mais importantes da semana com um “humor inteligente”, sobre política,

³ Ver <<http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/ministro-da-educacao-defende-livro-que-ensina-a-falar-errado-20110531.html?question=0>>, <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/entenda+a+polemica+do+livro+que+defende+o+nos+pega+na+escola/n1596963892122.html>> e <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1128255&tit=Para-onde-caminha-a-lingua-portuguesa>>

⁴ A configuração dos dois telejornais está descrita de acordo com a vigente na época das reportagens, isto é, maio de 2011.

⁵ Ver <<http://www.g1.globo.com/bomdiabrasil>> e <<http://www.g1.globo.com/jornalnacional>>

economia, esporte e celebridades, com um tom irreverente, irônico e ácido (na verdade, repleto de preconceitos). Os apresentadores Felipe Andrioli, Marcelo Tas, Marco Luque, Maurício Meirelles, Mônica Iozzi, Oscar Filho e Rafael Cortez vestidos de pretos vão atrás de suas “vítimas”⁶.

Nas reportagens escolhidas para esta análise⁷, advindas de tais programas, de sobremodo, nota-se o posicionamento contrário à utilização do livro didático em sala de aula. A reportagem do *Jornal Nacional* indica a supremacia da norma culta na sociedade brasileira, em termos do que é “certo” e do que é “errado”, no entanto, o faz de maneira comedida, contornado a situação suavemente, visto que apresenta outros pontos de vista. Por outro lado, nas matérias do *Bom dia Brasil* e *CQC*, as críticas negativas são escancaradas, com um tom altamente irônico. De certo modo, são contraditórias e preconceituosas.

Contudo, em todas elas há o caráter polêmico. Impera a indignação do fato de o MEC disponibilizar um livro didático que ensina “errado”, pois isso estaria acarretando na má formação do aluno, levando-o a não ter espaço no “mercado” de trabalho. Os enunciados evidenciam a visão estática e abstrata da língua. Sustentando-se em fragmentos desconexos do livro didático, são defendidos nessas reportagens, sobretudo, discursos em relação ao “erro de português” e ao ensino gramatical. E, é na recorrência de tais discursos, como dito anteriormente, que se pauta o presente estudo. Portanto, apresentados o cenário da polêmica e as reportagens a serem analisadas segue as considerações teóricas.

2 ARQUEOLOGIA E GENEALOGIA – UMA QUESTÃO DE SABER E PODER

Os discursos que rondaram a polêmica do livro didático *Por uma vida melhor*, nas reportagens dos jornais *Bom dia Brasil* e *Jornal Nacional* e do programa *CQC*, apresentam subsídios que permitem compreender como as ordens discursivas atualmente circulam na sociedade em relação à concepção de língua e do ensino de Língua Portuguesa.

⁶ Ver <<http://www.cqc.com.br/>>

⁷ Em anexo, os vídeos e as transcrições das reportagens.

A partir da concepção do discurso foucaultiana e por meio dos procedimentos de controle e delimitação do discurso – os quais são profundamente relacionados à questão do poder, do perigo, do desejo e do saber – pode-se verificar como se constitui o processo para que certos discursos tenham sido evidenciados enquanto outros silenciados. Em outras palavras, de que forma esses mecanismos atuaram no controle dos discursos, levando ao discurso unívoco, considerado a “verdade absoluta” a respeito de um acontecimento. Entretanto, para iniciar a empreitada de identificar como agiram os mecanismos de controle em relação à polêmica citada é necessário destacar algumas noções importantes da teoria foucaultina a respeito do discurso.

De modo geral, segundo os postulados de Foucault (1977, 2002, 2010) o discurso é concebido como prática social historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos. Isto é, uma afirmação sobre algo, bem como sua avaliação de verdade ou falsidade, só passa a ser/existir a partir de um determinado saber em uma determinada época. No discurso articulam-se poderes e saberes em que regras são constituídas institucionalmente, em certo período histórico.

A fim de melhor compreender a concepção foucaultiana de discurso, é importante conhecer um pouco da trajetória bibliográfica do autor, devido ao fato de suas ideias emergirem no momento de criação da Análise do Discurso, no contexto histórico francês dos anos 1960 a 1980, em que diferentes projetos, com concepções distintas se delinearam para construção dessa área do conhecimento.

De acordo com Gregolin (2006), o projeto de Foucault, diferentemente de Michel Pêcheux, o fundador da Análise do Discurso,⁸ não ambicionava de imediato construir uma teoria do discurso. As problemáticas foucaultianas eram mais genéricas. Com o centro nas ciências humanas, mas sempre deslocando os saberes e as disciplinas, o pensador francês promoveu diálogos conflituosos entre diversas áreas do saber, entre elas, especialmente, a Filosofia e a História. A autora sublinha que Foucault buscava a produção histórica das subjetividades do homem, envolvidas por relações de poderes e

⁸ Gregolin (2006) afirma que o projeto pechetiano visava concretamente construir a *análise do discurso* e o seu método. Por meio de uma relação estreita entre Saussure, Marx e Freud, Pêcheux pretendia criar “uma teoria materialista do discurso aliada a um projeto político de intervenção na luta de classes, a partir da leitura althusseriana do marxismo-leninismo” (p. 53). No entanto, o surgimento por meio de uma proposta distinta não significa que não existam pontos de encontro entre Foucault e outros pensadores do discurso.

construção de saberes. Assim, se tal história é compelida pelo discurso, o cerne de seus pensamentos é circunscripto pela relação entre linguagem, história e sociedade.

A obra do estudioso francês, segundo Gregolin (2006), pode ser compreendida a partir de três momentos. Evidentemente, não são momentos vedados e que valham por si só, desconsiderando os outros. Eles estão intrinsecamente ligados. Todavia, em cada período, determinados temas e teorizações são frisados.

No primeiro momento, o qual pode ser chamado de “arqueológico”, o pesquisador buscou demonstrar os diferentes modos possíveis para o aparecimento das ciências humanas, os quais resultam na objetivação do sujeito. Além disso, propôs investigar quais são os saberes que edificam a sociedade ocidental por meio do método arqueológico, a fim de compreender a história desses saberes. Nesse período, direcionou-se para questões históricas sobre a medicina e a loucura, e também para campos que versam a respeito do trabalho, da linguagem e da vida.

Voltou-se, no segundo momento, para as práticas de poder, para a análise das articulações entre os poderes e os saberes nos discursos que circulam na sociedade. Intitulado momento “genealógico”, o objetivo foi entender como o sujeito é dividido no próprio interior e pelos outros, por meio dos mecanismos disciplinares. Nessa ocasião emerge a ideia de *micro-física do poder*, uma vez que o poder se difunde na sociedade em diversos micro-poderes.

Finalmente, no terceiro momento, Gregolin (2006) declara que Foucault pesquisou sobre a construção histórica das subjetividades. Focando suas análises na sexualidade e na construção histórica de uma ética e estética da existência, estudou a subjetivação por meio de *técnicas de si* e da *governamentalidade*, que estabelecem a noção de identidade para os sujeitos.

Expostos os momentos, deve-se dizer que embora a pretensão inicial não fosse desenvolver uma teoria para o discurso, a ligação de diferentes temáticas encontradas nas análises foucaultianas construiu, por assim dizer, uma teoria sobre o discurso.⁹ Gregolin (2006, p.54) enfatiza:

⁹ Entende-se aqui teoria não como algo estanque, mas transitório, algo que pode sofrer alterações. Segundo Machado (2004, p. 11), para o pensador francês, “toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que clarificam os dados – organizando-os, explicitando suas interrelações, desenvolvendo implicações – mas que, em seguida, são revistos, reformulados, substituídos a partir de novo material trabalhado”.

Essas temáticas estão, sempre, articuladas a uma reflexão sobre os discursos: pressupondo que as coisas não preexistem às práticas discursivas, Foucault entende que estas constituem e determinam os objetos. É, assim, no interior da reflexão sobre as transformações históricas do fazer e do dizer na sociedade ocidental que uma teoria do discurso vai-se delineando e encontra um lugar central na obra de Foucault.

Isso posto, cada vez que a obra foucaultiana é retomada, as percepções e as constatações sobre o que é o discurso são encontradas. Como se estabelece sua constituição, o modo em que é tecida sua formulação e em que a circulação acontece. Aspectos estabelecidos por meio de uma ordem, de elos que envolvem o poder e o saber, a partir da singularidade do enunciado e da descontinuidade do discurso inscrito em determinadas formações discursivas (doravante FDs).

Assim sendo, o presente estudo interessa-se mais pelos dois primeiros momentos (seguramente não desconsiderando o terceiro), tendo em vista que de acordo com Araújo (2004, p.218) “emerge do olhar do *arqueólogo* do saber a análise das formações discursivas, enquanto do *genealogista* do poder a proveniência histórica da vontade de verdade e saber, que dota os discursos de poder”. E são esses olhares que se pretende demonstrar aqui.

Analisar os discursos que rondaram o jornalismo televisivo no período da polêmica será buscar entender como, por meio de procedimentos que controlam o dizer articulados às relações de poder e saber, aconteceu de determinados enunciados tenham surgido só eles, e nenhum outro em seu lugar. Não será, portanto, encontrar a explicação única para tal fato ou buscar o sentido camuflado das coisas ou ainda aquilo o que está “por trás” do enunciado. De acordo com Foucault (2002, p. 31) na análise do campo discursivo:

[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar.

Avaliar discursos é dar conta de relações históricas de práticas muito concretas, que estão “vivas” no discurso. É imprescindível ficar no plano da existência das palavras, das coisas ditas. Tal avaliação permite desvencilhar-se do evidente, do repetível, do natural. Embora Foucault (2010) afirme que é impossível sair das redes de

discursos – ser livre no dizer – existe a possibilidade de problematizar certas concepções, certas regularidades enunciativas e demonstrar quais as suas implicações em determinadas sociedade. Na avaliação discursiva descobrem-se brechas do dizer. Desse modo, a proposta foucaultiana busca as malhas discursivas anteriores, o já-dito, em relação a um acontecimento (que é singular), para entender como certos discursos foram ocultados e outros ressaltados.

2.1 MÉTODO MISTO

Foucault investigou a construção dos saberes da sociedade ocidental, pelo olhar do arqueólogo do saber. Como já dito, o método arqueológico foucaultiano consiste na análise do acontecimento discursivo, ou seja, no tratamento dos enunciados efetivamente produzidos, em sua irrupção de acontecimento, para entender as condições que possibilitaram a emergência de determinados discursos, em determinado momento histórico. Deste modo, para investigar os discursos acerca da referida polêmica, a método utilizado é o arqueológico.

Entretanto, a fim de deixar mais claro o tratamento metodológico dado ao presente estudo, os *métodos mistos* de Creswell (2003) são evidenciados, uma vez que dizem respeito à combinação dos delineamentos quantitativos e qualitativos na coleta e análise de dados. Segundo Creswell (2003), a natureza dos métodos mistos é interdisciplinar, visto que propõe solucionar problemáticas sociais complexas. Para o autor, eles podem desenvolver-se por meio de doze diferentes perspectivas. Grosso modo, o método pode focar igualmente o caráter qualitativo e quantitativo ou iniciar evidenciando um delineamento e finalizar com outro.

Essa pesquisa, embora seja executada a partir da incorporação de dados quantitativos e qualitativos, o conjunto de dados tem papel secundário. Eles são a base para comprovarmos as recorrências enunciativas do “erro de português”, mas a análise principal se pauta na averiguação dos enunciados não meramente linguístico, mas em sua relação histórica, política e social. Assim sendo, esse estudo desenvolveu-se da seguinte forma: em primeiro lugar, coletou-se suporte bibliográfico relacionado ao tema do projeto, isto é, textos – reportagens, entrevistas, editoriais, artigos, posicionamentos, entre outros – veiculados no período da polêmica do livro didático *Por uma vida melhor* (maio e

junho de 2011). A partir desse vasto universo, delimitou-se o *corpus* de análise¹⁰, tendo em vista o elevado número de recorrências de determinados enunciados. Posto que são textos multimodais, para analisá-los minuciosamente foi necessário realizar a transcrição dos diálogos de cada um para registro escrito. Depois da etapa de coleta de dados e delimitação do objeto de análise, ao longo de toda a pesquisa, o *corpus* de análise é cotejado com os pressupostos teórico.

2.2 O DISCURSO

Retomando, então, o conceito do discurso:

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da **prática discursiva**. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como **práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam**. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2002, p.56, grifo meu)

O discurso, para Foucault (2002), ultrapassa os aspectos essencialmente linguísticos, isto é, vai além dos limites das palavras, das frases e dos textos – não é apenas dizer a “realidade”, não é apenas designar ou comunicar, mas sim a prática que constrói os objetos que se dizem. Araújo (2004) menciona que as relações propriamente discursivas não articulam definições e palavras, porém definem “que relações o discurso enseja ou proíbe, em certa época, para que certo domínio de objetos se constitua para um saber [...]. O discurso é, pois, uma prática que obedece a determinadas regras, relativas a essa mesma prática e não impostas de fora por alguma consciência transcendental.” (p.222)

¹⁰ As reportagens do *Bom dia Brasil*, *Jornal Nacional* e *CQC* foram escolhidas, pois tem uma significativa representação no cenário do jornalismo televisivo brasileiro atualmente.

Resumidamente, o discurso é prática social que constitui os sujeitos e os objetos, consolidado em certo período da História, por certos sujeitos, em certo lugar institucional. Ele é encontrado nos dizeres que circulam a todo o momento na sociedade. Está vivo, está no plano da existência material do enunciado e não no plano abstrato.¹¹ O discurso é controlado por poderes e saberes legitimados como “verdades”, irrompe como um acontecimento raro, mas sempre retoma um dizer anterior.

Para Foucault (2010), o discurso não ocorre espontaneamente. Obedece a uma ordem. Há um controle de quem, quando, onde e como pode falar em certa sociedade e em certo período da História. Há amarras, malhas, redes de domínio para sua aparição ou ocultamento, validação ou rechaçamento. Enfim, o discurso está diretamente ligado ao poder e ao saber.

...um bem, finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas aplicações práticas.) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 2002, p. 139)

Exercer uma *prática discursiva* significa falar segundo normas definidas e expor as relações que se estabelecem no interior de um discurso. Para Foucault (2002), elas são ligadas a um conjunto de regras inominadas, dadas historicamente no tempo e no espaço, e que determinam as condições de realização da função enunciativa. Justamente por serem o objeto pelo que se luta, as práticas discursivas regulamentam os falares, pois, como diz o autor “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2010, p. 9). Em outras palavras, existe uma *ordem do discurso*.

Tecidas algumas considerações sobre o discurso, a fim entender melhor como se estabelece seu funcionamento, é preciso trazer à tona outras concepções que estão intrinsecamente ligadas a do discurso, entre elas, em especial, o acontecimento discursivo, o enunciado, as formações discursivas e as relações de poder e saber.

¹¹ Foucault (2002) destaca que todo o enunciado (parte constitutiva do discurso) é constituído por uma materialidade, uma espessura material. Ele precisa ter uma substância da expressão, um suporte, um lugar, uma data, ou seja, algo que envolve o linguístico. No entanto, como será visto em 2.3, não é apenas o aparato linguístico que constrói o enunciado, mas as condições sócio-históricas.

2.3 O ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Com o objetivo de realizar uma análise discursiva, é necessário, antes de tudo, entender o discurso como um acontecimento em sua raridade de aparecimentos, o qual irrompe na sociedade de uma determina época e lugar. Foucault (2002) propõe, então, o distanciamento de concepções utilizadas pela História tradicional, como, continuidade, linearidade, causalidade e soberania do sujeito e a confirmação das noções de uma nova perspectiva histórica, entre elas, descontinuidade, ruptura, limiar, limite, série e transformação.

É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua **irrupção de acontecimentos**, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal [...] Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT, 2002, p. 28, grifo meu)

Desconsiderados os modos de continuidade de certos discursos da sociedade, Foucault (2002) sugere compreender os acontecimentos discursivos. Trata-se de um âmbito imenso de possibilidades, formado pelo agrupamento de todos os enunciados efetivos – que tenham sido escritos ou falados – em sua dispersão de acontecimento e na instância própria de cada um; “o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral” (FOUCAULT, 2002, p.30).

A proposta de Foucault (2002) é descrever os acontecimentos discursivos como um conjunto finito e efetivamente limitado das sequências linguísticas que tenham sido formuladas, pois mesmo que os enunciados ultrapassem a capacidade de registro e memória, ainda sim, constituem um conjunto finito. O autor entende o enunciado em sua singularidade de acontecimento, em sua irrupção em dado momento da História, visto que é sempre um acontecimento que nem a língua e nem o sentido são capazes de esgotar por completo. Por outro lado, Foucault (2002, p. 32) alega que:

Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no

campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação e a reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e as consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que precedem e o seguem.

Nesse sentido, o acontecimento discursivo “polêmica do livro didático” reporta-se aos enunciados efetivamente formulados na sociedade no período da polêmica, em sua forma rara e singular de surgimento (todos os enunciados produzidos nos meses de maio e junho de 2011). Entretanto, vê-se que o acontecimento não está estanque apenas nos efeitos de sentidos instantâneos criados pelos enunciados das reportagens, uma vez que também retomam outros enunciados; ativam a memória. Assim, para compreender a polêmica é preciso reativar os já-ditos na sociedade sobre língua e seu ensino, pois o acontecimento se estabelece nas articulações que tanto a singularidade, quanto a dispersão ensejam. Em suma, ao mesmo tempo em que ele é único, é repetível.

Dessa forma, a emergência do enunciado pressupõe a interação com outros e é preciso trazer a luz tais relações. Há uma questão dialética entre singularidade e repetição. Portanto, à medida que o acontecimento discursivo é adotado como um conjunto de enunciados que irrompe em certo tempo, em certo lugar, é possível também descrever suas especificidades.

2.4 O ENUNCIADO

Foucault (2002) explica o enunciado em oposição a outros termos, tais como a frase, a proposição e o *speech act*¹², visto que as análises da linguagem anteriores, principalmente as estruturais, embora considerassem o enunciado, deixaram-no em segundo plano. Nas palavras do pensador “ele nunca passa de suporte ou substância accidental.” (p. 95). Contudo, conforme propõe um novo olhar para os estudos discursivos, afirma que o enunciado é unidade elementar do discurso; o seu átomo, o qual deve ser pensado como *função*:

¹² Foucault refere-se à teoria dos atos de fala proposta pelo linguísta John Langshaw Austin.

Em seu modo singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem (...) mais que um elemento entre outros, mais que um recorte demarcável em um certo nível de análise, trata-se, antes, de uma **função** que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se eles estão aí presentes ou não. (...) Não há razões para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma **função** que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 2002, p. 98 – 99, grifo meu)

O enunciado não está no mesmo nível de existência que a “língua” como querem outros estudiosos, ou seja, em um patamar virtual. Para a análise arqueológica proposta por Foucault, tal nível não importa, pois para o aparecimento e a existência de um enunciado não é suficiente qualquer manifestação de signos ou qualquer prática material de formas linguísticas. As condições de emergência do enunciado são históricas, as quais a língua e o sentido não encerram. O que institui um enunciado é a *função enunciativa*, isto é, o que permite que ele seja pronunciado e construído por um sujeito¹³, em certo lugar institucional, com certas regras sócio-históricas.

Ao problematizar a função enunciativa, Foucault (2002) indica quatro elementos essenciais: 1. Um referencial – não se reporta a um estado de coisas ou um objeto, mas um princípio de diferenciação; 2. Um sujeito – não diz respeito ao produtor da formulação, porém a um lugar que pode ser ocupado a partir de determinadas condições, por indivíduos indiferentes; 3. Um campo associado – não se refere à realidade do contexto de elaboração do enunciado, no entanto a um domínio de coexistência em relação a outros enunciados; 4. Finalmente, uma materialidade – que

¹³ Foucault (2002) compreende que o sujeito do enunciado não pode ser reduzido ao indivíduo, mas, ao lugar em que ocupa: “um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (p.117). Assim, é possível assinalar uma *posição-sujeito*, visto que esse “sujeito” é edificado historicamente, por meio das múltiplas práticas discursivas. Certamente, as palavras do pensador francês deixam claro essa concepção: “não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como o idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente [...] é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma, Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la.” (FOUCAULT, 2002, p. 109).

não é apenas a sustentação da articulação, mas um *status*, possíveis modos de uso ou de reutilização.

Desse modo, veja os trechos apresentados nas reportagens do *corpus* de análise:

QUADRO 1:

<p>Trecho 1: Reportagem 1/ Bom dia Brasil / Alexandre Garcia</p>	<p>“Se fosse apenas uma polêmica linguística, tudo bem, mas faz parte do currículo de quase meio milhão de alunos. E é abonado pelo Ministério da Educação. Na moda do politicamente correto, defende-se o endosso ao falar errado para evitar um preconceito linguístico.</p>
<p>Trecho 2: Reportagem 2/ Bom dia Brasil / Renato Machado</p>	<p>“O livro que recomenda [...] o inadequado, e não distingue o certo do errado. Isso seria, digamos, o início do fim da gramática?”</p>
<p>Trecho 3: Reportagem 3/ Jornal Nacional / Fátima Bernardes</p>	<p>“O Ministério da Educação informou ainda que a norma culta da língua portuguesa será sempre exigida nas provas e avaliações.”</p>
<p>Trecho 4: Reportagem 4/ CQC / Participante 5</p>	<p>“Temos que entender que gente do povo pode até falar assim, mas a meta é melhorar e não ensinar as coisas errada as crianças.”</p>

Evidentemente, a constituição das sentenças se estabelece por meio de elementos linguísticos e signos. No entanto, seguindo a proposta foucaultiana, o que se deve notar é a condição mesma de enunciado, a partir dos quatro elementos essenciais da função enunciativa. Embora cada trecho apresente diferentes construções (palavras, frases, ordens sintáticas, entre outros), constituem um mesmo enunciado. Assim, é possível depreender a seguinte interpretação:¹⁴

- a) a referência a algo que é possível ser identificado (a língua ser considerada abstrata, imutável, capaz de unificar os dizeres por meio de uma variedade privilegiada que diz o que é certo e errado e dá acesso ao melhor “desempenho social”. Além disso, o fato de que o ensino de Língua Portuguesa deve ser pautada em regras gramaticais)

¹⁴ Fisher (2001) propõe semelhante interpretação dos enunciados à respeito dos discursos acerca do papel do professor.

- b) a existência de um sujeito do sujeito, isto é, alguém com certa *posição-sujeito* que pode efetivamente afirmar aquilo (muitos jornalistas, especialistas e professores ocupam o lugar de sujeito do enunciado)
- c) o enunciado não é estabelecido isoladamente, porém sempre retoma outros enunciados já ditos, sobre o mesmo discurso (neste caso, o discurso midiático televisivo sobre a língua e seu ensino que retoma outros discursos, por exemplo, os discursos da escola, do mundo do trabalho, dos vestibulares, das leis, das editoras.);
- d) por fim, a materialidade do enunciado, as formas muito concretas com que ele aparece através de textos orais ou escritos (nas formulações que estão nos textos do jornalismo televisivo, no dizer dos professores, especialistas, alunos, jornalistas, pais, em diferentes momentos, em diferentes lugares institucionais)

Conclui-se que a evocação dos enunciados não é determinada apenas por elementos linguísticos, mas por relações que envolvem não apenas a materialidade linguística do enunciado, mas também o sujeito, a História e as relações de poder/saber. Os enunciados não produzem sentidos neles mesmos, eles derivam seus sentidos das formações em que se inscrevem. Nesse ínterim, o que possibilita situar redes de enunciados em certo tempo, em certo lugar, é o fato de pertencerem a uma *formação discursiva*.

2.4 AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Para Foucault (2002, p. 135) “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, ou seja, o exame dos enunciados e das FDs estão correlativamente relacionadas.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2002, p.43)

A teoria foucaultiana designa FDs como sendo os conjuntos de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinado. Pode-se dizer

que os efeitos de sentidos produzidos pelos enunciados não existem por si isoladamente, mas por meio da produção de certos enunciados ao longo do processo sócio-histórico. Paradoxalmente, o enunciado, que é constituído por singularidades, para ser descrito deve considerar também a dispersão e repartição dos sentidos. Em relação às FDs, Gregolin (2006, p.90) comenta:

(...) conjunto de performances verbais que estão ligadas no nível dos enunciados. Isso supõe que se possa definir o regime geral a que obedecem seus objetos, a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo que falam, o sistema de seus referenciais; supõe, também, que se defina o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das posições subjetivas e o sistema que os define e prescreve.

No entanto, deve ficar claro que elas não dizem respeito a disciplinas (sistemas fechados em si mesmo), já que não fixam limites – a todo o momento se articulam, se permeiam. Significam e re-significam continuamente em suas relações. Por exemplo, considerando a proposta deste estudo, as formações discursivas sobre a concepção de língua e sua prática de ensino não se sustentam apenas na esfera jornalística, mas se entrecruzam com as FDs vindas do domínio escolar, pedagógico, familiar, acadêmico, profissional e editorial. Ou seja, recuperam enunciados postos anteriormente, no mesmo ou em diferentes campos.

Segundo Orlandi (2010), é por meio das FDs que se concretiza grande parte das investigações do analista do discurso, uma vez que “observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele deve remeter o dizer a um FD (e não outra) para compreender o sentido que ali está dito” (p. 45). Sendo, então, as formações discursivas grupos de enunciados apoiados em determinado sistema de formação, é possível afirmar que no interior delas encontram-se certas regras, certos regimes de verdades, estabelecidas institucional e historicamente. As FDs são edificadas uma em relação à outra, de acordo com um já-dito, o qual é fundamentalmente ligado a relações de poder e saber de um tempo.

O PODER E O SABER

Vistas as questões acima, cabe dizer que os modos de construção dos discursos (das vontades de verdade) não são respondidos simplesmente pelas formações discursivas, pelo poder da palavra. No esclarecimento de Gomes (2003, p. 46, grifo meu):

Não só os discursos são, eles próprios, poder em operação que é a dinâmica das relações de forças. Não há discurso, não há produção de verdade sem um jogo de oposições, de isolamento de campos que implica embates e coerções, interdições e exclusões. Ora, todo esse jogo representa fricções das relações de forças que Foucault identifica como **relação de poder**.

Para Foucault (2002) os discursos são acontecimentos na ordem do saber, uma emergência brutal que é possível de ser produzida em determinado momento da história. Em outras palavras, existem regimes de verdade legitimados que determinam os saberes em certa época. Por exemplo, os discursos circulantes sobre a polêmica do livro didático mostram que na sociedade e na escola brasileira, do início do século XXI, majoritariamente, saber a Língua Portuguesa é saber as regras gramaticais. É esse o fato considerado “verdade”; o saber legitimado.

Todavia, a explicação da produção dos saberes não encerra por si só, ela está estreitamente ligada com a questão do poder, uma vez que o poder é entendido como um instrumento de análise capaz de explicar as edificações dos saberes, ou seja, segundo que espaço de ordem se constitui os saberes. De acordo com Foucault (2004, p. 141):

Ora, tenho a impressão de que existe, e tentei fazê-la aparecer, uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder. Não podemos nos contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal ou tal descoberta, desta ou daquela forma de saber, mas que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. [...] O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder.

Além da constituição histórica e a articulação dos enunciados, dada pelas formações discursivas, a compreensão do saber legitimado de que a concepção de língua é pautada no entendimento sistêmico, é definida pela ligação com o poder. É a partir das práticas do poder que se criam e concretizam certos discursos de saber sobre a língua, do mesmo modo que esse saber autêntico acarreta efeitos de poder. Nesse

sentido, vê-se uma rígida associação entre saber e poder, pois não há relação de poder sem constituição correlativa de uma esfera do saber, nem saber que não suponha ao mesmo tempo confrontos de poder.

O pensador francês aponta que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2010, p.10). Por muito tempo, alega Foucault (2004), o poder foi colocado como atributo do Estado e como um aparelho essencialmente repressivo, fato que pode ser revisto à medida que o poder for entendido como uma relação que se efetua; que funciona como uma maquinaria. Não é uma força natural que diz não, mas uma relação que permeia, forma coisas, leva ao prazer, constrói saber, produz o discurso. Deve ser entendido como uma malha produtiva que cruza todo o âmbito social, e não uma instância negativa que reprime e que permite reconhecer o saber associado aos sujeitos.

Os poderes não se encontram em nenhum lugar específico da estrutura social. De acordo com Foucault (2004), agem como uma rede de dispositivos e mecanismos a que nada e ninguém são capazes de fugir. Por isso, o poder é entendido não como algo que seja possível possuir, uma propriedade. Não existem as pessoas que detém o poder e outras não, na verdade, o poder não existe substancialmente, o que existe são as relações/práticas de poder, que são exercidas concretamente nas lutas cotidianas. Portanto, o estudioso recomenda se veja a positividade e a permeabilidade do poder:

[...] não tomar o poder como um fenômeno de dominação macio e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; [...] O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos são [...] sempre centros de transmissões. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. [...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. (FOUCAULT, 2004, p. 183)

Isso posto, o estudioso propõe verificar como agem as engrenagens do poder por meio dos procedimentos de controle e determinação dos discursos. Foucault (2010) presume que a construção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por determinados procedimentos que objetivam “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível

materialidade.” (p. 9). Os procedimentos são divididos em *externos* (interdição, separação/rejeição e vontade de verdade), *internos* (comentário, autor e disciplina) e a de *rarefação dos sujeitos* (ritual, doutrina, sociedade de discurso e apropriação social dos discursos)¹⁵.

Até aqui, tentou-se apresentar noções fundamentais dos estudos foucaultianos. Visto isso, mirando o objetivo desta pesquisa, é plausível dizer que as posturas recorrentes nas múltiplas esferas da sociedade, como, nas leis, no mundo do trabalho, nos vestibulares, nas editoras e na mídia, sobre a concepção língua e o ensino de Língua Portuguesa constituem-se a partir de um processo discursivo histórico-social. Segundo Britto (1997, p. 27), tais considerações “se fundamentam em uma representação historicamente construída do que vem ser a língua portuguesa e da estreita associação entre esta representação e uma noção vaga de gramática, também ela é resultado do processo histórico de constituição das sociedades ocidentais letradas”.

Tendo em vista a noção de discurso e as questões apresentadas (acontecimento discursivo, enunciado, FDs e poder e saber), pode-se assegurar que a mídia respalda/reforça um discurso que já esteve ou está presente em outros âmbitos; retoma aquilo que é falado continuamente sobre esse assunto nos outros campos do saber, nesse caso, principalmente, no escolar. Assim, rejustifica os conceitos, cria ou mantém os objetos dos quais fala. Evidentemente, tal processo também ocorre de modo inverso, pois é sabido que a teia discursiva se entrecruza e se prolonga interminavelmente, logo, os discursos veiculados na mídia também podem determinar concepções.

Em vista disso, para trazer à tona os já-ditos que estão na constituição dos discursos cristalizados nos falares da sociedade, é necessário minimamente saber como os fatos da linguagem vêm sendo percebidos no ambiente escolar e no midiático.

3 SOBRE O DISCURSO ESCOLAR – UM RECORTE DOS DIZERES À RESPEITO DA LÍNGUA

Segundo Britto (1997) a escola é uma forte ferramenta social de edificação de consciências na sociedade capitalista, “constitui-se fundamentalmente como lugar de reprodução de um saber instituído, exercendo sua ação através de procedimentos

¹⁵ No capítulo 5, explorar-se-á com maior profundidade os procedimentos de controle e determinação dos discursos.

coercitivos e discriminatórios, assim como pelo estabelecimento de modelos de avaliação de valores e comportamentos (p.179).” Para o senso-comum, no campo escolar, estão os discursos autorizados a circular, ou o chamado “conhecimento verdadeiro”, pois, é na escola, pensando supostamente quantos anos estudam-se lá, que se diz a “verdade absoluta”, inquestionável, sobre os mais diversos temas.

Para tratar da língua, a instituição detém uma disciplina, a Língua Portuguesa, a qual “todo” o conhecimento sobre ela está sistematizado e que é capaz de trazer as respostas “certas”. Além disso, em tal lugar estão os professores, tidos como os sujeitos reconhecidos a ensinar o que é “certo” e “errado”. Ora, se a escola e os professores (o lugar e as pessoas detentoras do saber) admitem determinadas concepções para a língua, quem pode discordar?

Segundo Antunes (2003), grosso modo, duas tendências podem ser assinaladas a respeito da concepção de língua abordada na escola: a primeira reporta-se à língua como conjunto de abstrações nas quais as condições de realização não são consideradas. Em outras palavras, a língua é uma estrutura fora do real, em que nada exterior pode determiná-la. Vista de maneira sistemática, objetiva e homogênea, a língua, aqui, não admite mudanças. A partir dessa inclinação, derivam as aulas baseadas em regras e classificações.

A segunda tendência refere-se à língua como prática social, em que a interação entre interlocutores está ligada às diferentes situações concretas. Nesse viés, a língua é concebida amplamente, admitindo a interação entre as pessoas em situações contextualizadas e funcionais. E, nas aulas de Língua Portuguesa as esferas da oralidade, da escrita, da leitura e da gramática, são exploradas por meio do estudo das regularidades textuais e discursivas de diferentes textos, abrindo margem para a problematização dos diversos falares, em diferentes situações. Sumariamente, de acordo com Antunes (2003), conforme essa linha, a língua tem caráter interacionista, funcional e discursivo; não é um sistema fora da realidade, com projetos previamente estruturados.

Verifica-se que a prática cristalizada historicamente de ensinar gramática pela gramática, de forma abstrata e não situada insere-se na primeira tendência, posto que “o ensino de língua deve ser pautado no ensino gramatical/no falar correto, segundo uma norma culta”. De que estudar Língua Portuguesa “é decorar lista de verbos, é ordenar as classes gramaticais”. “De que a língua é um sistema transparente” e assim por diante. Mendonça (2001, p. 234) observa que na escola “a ‘gramática’ ainda é a protagonista:

personagem idosa que permanece em nossa lembrança como porção daquilo que se desejaria esquecer.”.

De acordo com Bagno (2001), os valores da Gramática Tradicional, materializados há certo tempo na chamada Gramática Normativa, são à base do ensino de Língua Portuguesa no Brasil e as atividades econômicas a ele atreladas (indústria editorial, mídia, multimídia). Para o autor, ela “repousa até hoje em bases epistemológicas que remontam a uma fase da história do conhecimento humano anterior ao que convencionou chamar de ‘início da ciência moderna’” (p. 18). Diferentemente do rompimento proposto pelas outras ciências modernas, a Gramática Tradicional continuou apoiando-se nos preceitos da poética de Aristóteles, uma vez que não admite o confronto direto com a realidade (permanece na abstração), a observação de dados, a crítica a metodologias, a comprovação ou refutação de hipóteses pela experimentação, etc.

Sabe-se que a maior parte dos discursos das academias e da ciência da linguagem, os quais supostamente deveriam orientar as práticas escolares, estão no caminho da segunda tendência. No entanto, tanto a escola quanto a mídia (e também outras esferas da sociedade) bloqueia a entrada desses discursos, acarretando no silenciamento de outros modos de enxergar a linguagem e consolidando cada vez mais uma concepção pautada na primeira tendência.

Expostas tais considerações, como já foi mencionado, não é a intenção aqui indicar quais são e como funcionam as tendências mais apropriadas para prática de língua, mas entender como se realiza o processo que veta o espaço para diferentes discursos sobre língua e seu ensino na esfera escolar, na mídia e na sociedade, a partir das reportagens escolhidas a respeito da polêmica. Pois bem, haja vista o fato de o *Jornal Nacional*, *Bom dia Brasil* e *CQC* defenderem que língua é gramática e que o ensino deve visar apenas à intitulada “norma culta”, convém, brevemente, expor os aspectos da gramática fortemente consolidada – a gramática normativa (escolar).

3.1 A GRAMÁTICA ESCOLAR

Há diversas representações do que seja gramática. Cada uma delas está apoiada em uma concepção de língua. Castilho (2010) afirma que comunidades escolhem representações linguísticas, que podem ser alteradas ao longo do tempo, ao construir

uma gramática. Segundo o autor, “a gramática é o sistema linguístico constituído por estruturas cristalizadas ou em processo de cristalização, dispostas em três sistemas: (i) a fonologia (...), (ii) a morfologia (...), e (iii) a sintaxe (...).” (pág. 138). Isto é, genericamente, a gramática diz respeito ao conjunto de regras que especificam o funcionamento de uma língua.

O gramático ressalva que existem várias direções para a gramática. Segundo Britto (1997) é possível encontrar até 13 modos de compreendê-la. Entre elas, de acordo com Castilho (2010) estão: 1- Gramática descritiva (a língua é um conjunto de produtos estruturados); 2- Gramática Funcionalista (a língua é um conjunto de processos estruturantes); 3- Gramática Histórica (a língua é um conjunto de produtos e processos em mudança) e 4- Gramática Normativa (a língua é um conjunto de “usos bons”).

Evidencia-se, em especial, a última, pois se reporta ao direcionamento de gramática, predominantemente, no discurso escolar. A gramática normativa constantemente é veiculada nos livros didáticos e nas chamadas “gramáticas tradicionais” ou “gramáticas escolares” e que está alocada nos mais diversos exercícios de Língua Portuguesa. É ela que produz e difunde a imagem da denominada *norma padrão* ou *norma culta*.

Por meio dos discursos pautados nos preceitos da gramática normativa, para Britto (1997), constituiu-se uma tradição das sociedades, um estreito elo entre tradição escrita, gramática e norma, legalizando certa modalidade linguística como sendo a “correta” e a que deve servir de modelo para qualquer produção e avaliação de enunciados. Mendonça (2001, 235) indica que nessa direção:

Ensinar gramática costuma ser entendido como ensinar regras para *usar bem* a língua. Atente-se para o fato que as chamadas “gramáticas tradicionais” tomam por língua uma de suas variedades, desprezando as outras. Nesse caso, estudar gramática é estudar as regras que regulamentam a “norma culta”, é saber o que pode ser dito e o que não pode (...). Ensinar gramática, nessa concepção, é ensinar língua, que, por sinal, é ensinar norma culta, o que significa ensinar a desprezar outras variedades – não só por ignorá-las, mas por considerá-las inferiores. A gramática aí tem o caráter prescritivo e discriminatório: para a gramática normativa, é errado todo o uso da linguagem que esteja fora dos padrões linguísticos estabelecidos como ideais.

Dito de outro modo, nos compêndios normativos, a oposição certo *versus* errado é predominante. Há uma tentativa de unificar a língua, prescrevendo normas que não estão vivas no dia-a-dia. Tenta-se garantir uma norma culta, isto é, variedade social de

maior prestígio que valoriza o “usar bem” a língua e que determina o “correto” e o “incorreto” tanto na fala quanto na escrita¹⁶.

Portanto, quando se fala “língua é sinônimo de gramática” ou “os erros de português”, é da concepção da gramática normativa que está se falando e de nenhuma outra. É ela que está na base do discurso autorizado e verdadeiro advindo da escola a qual dita que ensinar língua é ensinar gramática e a crença (evidentemente, ilusória) de uma língua melhor, correta.

Apresentado um panorama geral do discurso escolar, ainda com o objetivo de reiterar os dizeres consolidados anteriores acerca da língua e seu ensino, passa-se, agora, a exposição de algumas constatações sobre o discurso midiático.

4 SOBRE O DISCURSO MIDIÁTICO – O JORNALISMO ORDENADOR

É inegável a representatividade das mídias de massa na edificação de significados na sociedade capitalista do século XXI, pois, segundo Bucci (2003), para o senso-comum o que nela circula, especialmente, na esfera jornalística, retrata o real, ou seja, o fato é apresentado tal como teria acontecido na realidade, no mundo concreto. Contudo, tal percepção é equivocada. A questão não está relacionada aos jornalistas não buscarem a objetividade e a verdade dos fatos – sabe-se que a maioria tenta buscar a clareza e a imparcialidade, mesmo isso tendo um caráter ilusório. O problema é que o fato, desde sua origem, já é um relato. Não é possível narrar um acontecimento tal como aconteceu na sua gênese, pois quando é enunciado já sofreu alterações vindas do repertório de significações de cada indivíduo determinados previamente pelo coletivo.

Dessa forma, considerando as perspectivas discursivas de Foucault já delineadas, e a ocorrência de o sujeito ser histórico-social e produto das relações de poder, a forma em que vai adentrando e significando no mundo se estabelece através do contato com, em primeiro lugar:

(...) as organizações que lhe precedem, ordenações que lhe mostram ou indicam o que deve ser visto (...) em segundo lugar, somos levados a considerar sua condição de *interdito*: o sujeito entra abdicando de suas propensões individuais e mesmo de espécie biológica. (...) O sujeito assim

¹⁶ Cabe aqui ressaltar um fato que é totalmente desconsiderado pela linha normativa, a saber, até a “norma culta”, a de maior prestígio, possui variações, pois, independente na classe social, da região, da situação, segundo Castilho (2010), todas as línguas sofrem variações.

subsumido à ordem simbólica se coloca em construção, construção de subjetividade nos discursos que organizam as relações sociais e os saberes de sua época. Processos de identificação dizem respeito exatamente a isso: ver-se ali, em determinado lugar, é ali se fazer. (GOMES, 2003, p. 33-34),

O discurso midiático (sobretudo, o jornalístico), portanto, não pode ser neutro e original, tendo em vista que parte de um indivíduo detentor de um universo de significações advindo das mais diversas esferas sociais e que a partir delas foi levado a fazer determinadas interpretações ao invés de outras. Ora, no discurso midiático, como em qualquer outro discurso, irrompem acontecimentos discursivos raros que são agrupados por múltiplas FDs.

Assim, de acordo com Bucci (2003), a tentativa de compreender certos fatos é, de certo modo, compreender os discursos que eles buscam articular por meio dos relatos da esfera jornalística. No entanto, admitir que um fato aceita vários relatos, isto é, diferentes discursos o cercando, não acarreta um problema, porque se sabe que são os discursos (os múltiplos relatos), heterogêneos, que constituem os sujeitos e os objetos. O que se pode chamar de problema reside na *naturalização/neutralização* dos discursos. Ou seja, o direcionamento para apenas um (ou alguns poucos) discurso possível, tido como “verdadeiro” e “natural”, desconsiderando todas as distintas formas possíveis. É isso que constantemente o discurso midiático, mormente, o jornalístico, vem realizando. Bucci (2003, p.11) alega:

O jornalismo ainda crê e faz crer no relato positivista. O discurso jornalístico, de que o profissional da imprensa é o operador, supõe-se baseado na premissa de que os eventos se sucedem independentemente da presença ou do olhar do observador, premissa que foi abandonada até mesmo pela Física, há coisa de quase um século, com o advento da Mecânica Quântica.

Além de provocar a univocidade do sentido, é viável dizer que os meios de comunicação, na sociedade pós-moderna, constroem discursivamente uma espetacularização dos acontecimentos. Gregolin (2003) enfatiza que a chamada “espetacularização da cultura” criada pela mídia é provocada pelos efeitos dos discursos "alarmistas" nela circulados. Dito de outro modo, as práticas discursivas midiáticas que cercam a sociedade criam uma “cultura do espetáculo” à medida que promovem a indistinção do “real” e transformam tudo e todos em objetos de consumo midiático.

Nesse ínterim, certamente, a polêmica do livro didático *Por uma vida melhor* foi um caso de “espetacularização”. Como disse Bagno, na sua avaliação do caso para o

jornal *O Globo*, o que se viu foi uma “falsa polêmica”, tendo em vista que as questões de variação linguística estão nos currículos educacionais e nos livros didáticos a mais de quinze anos. Por que trazer à tona isso só agora e em um tom polêmico? Na verdade, quem provocou o “espetáculo” e constituiu o *status* de “polêmica” foram os efeitos de sentidos produzidos pela mídia. Sejam por disputas políticas ou pelo simples fato de criar mais uma alteração a ser consumida pelos espectadores, a polêmica foi criada e mostrou o poder no delineamento de sentidos que os meios de comunicação podem gerar.

Postas essas considerações, nota-se que o discurso midiático, principalmente o jornalístico, realiza o papel importante e relevante na modulação de sentidos, posicionamentos e valores. Cabe a ele determinar o dizer e o não-dizer, especialmente, no senso-comum. Para Foucault (1999, p. 179), “[...] os circuitos de comunicação são os suportes de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos”. Desse modo, não se pode negar o poder discursivo jornalístico das grandes mídias no emaranhado de discursos que circulam na sociedade.

4.1 NOTAS SOBRE LÍNGUA E SEU ENSINO NA MÍDIA BRASILEIRA

Expostos algumas percepções da mídia e do jornalismo, cabe, então, tentar delinear algumas considerações referente à seguinte questão: Como os discursos sobre a língua e seu ensino vêm sendo abordados pelas mídias no Brasil? Segundo Britto (1997, p.104):

Os meios de comunicação de massa (...) têm, em primeira instância, contribuído para lascar o padrão normativo, com a incorporação em seu cotidiano de registros linguísticos informais e de diferentes segmentos sociais e de um crescente vocabulário gírio e erótico. (...) Entretanto, ao mesmo tempo em que incorpora em sua prática diária uma forma linguística que garanta comunicação e sucesso comercial, a mídia, paradoxalmente, mantém, em nível doutrinário, a defesa de um português puro, correto, estabelecido a partir das gramáticas tradicionais, mostrando grande preconceito particularmente com as variedades populares.

A atuação da maior parte da mídia em relação à concepção de língua é contraditória: ao mesmo tempo em que abusa das variações nos falares de locutores, apresentadores e personagens, ao emitir informações e opiniões sobre ela continua reiterando a defesa de um português melhor (“norma culta”) em detrimento de outros

registros avaliados como piores. Muitas vezes, de maneira preconceituosa, reforça a noção de um português correto e outro incorreto.

Para Baronas (2003), folheando revistas e jornais de intensa circulação, facilmente encontram-se textos referentes ao modo “correto” de usar a Língua Portuguesa. Palpites como “não erre mais”, ou “aprenda a se comunicar melhor” são constantes. Esse fenômeno, deriva da crença de que o brasileiro fala e escreve errado o português, assim os “defensores do idioma pátrio” deveriam preocupar-se em combater as deficiências da comunicação dos cidadãos do Brasil.

Tudo isso vem ocorrendo, de acordo com o autor, pois “os discursos que dizem avaliativamente o português não-canônico do Brasil está intimamente relacionada com a transformação da língua em mercadoria” (BARONAS, 2003, p. 87). Isto é, a língua passou do meio pelo qual eram anunciadas as mercadorias, para a condição de própria mercadoria, pois adquirindo a língua “correta”, o sujeito pode concretizar seus desejos, como, conseguir um “bom” emprego, status e dinheiro.

Possenti (2003) alerta que para tratar das questões de língua na imprensa, é preciso considerar além dos programas de “aulas de português” e das colunas que dão dicas e corrigem os “erros”, também as notas, as opiniões em meio às notícias, os comentários – geralmente em tom categórico – já que constantemente enunciam um saber determinante, e é aí que se encontram as evidências da percepção de língua por parte da imprensa.

Ao vasculhar esses veículos, o linguista constata que não há divulgação científica no âmbito das pesquisas linguísticas na mídia. Nenhuma nova perspectiva, quando o assunto é linguagem, tem espaço nos noticiários e nos programas. A não ser por uma ressalva: quando a língua está associada a assuntos genéticos e biológicos. Desse modo, constata-se a visão de que as questões da linguagem ainda não são admitidas no campo da ciência, ou melhor, só são quando aliadas à Biologia.

Com efeito, o que se tem, segundo Possenti (2003), quando o assunto é linguagem é o preconceito, principalmente, em relação aos povos tidos como “atrasados” – como índios e africanos – e ao português de lugares que não sejam do articulista ou repórter (por exemplo, a inferiorização por parte de não paulistas dos falares do interior de São Paulo). Para o autor, o viés normativo e o caráter purista também são evidenciados constantemente, à medida que a imprensa só sabe repetir os conteúdos das gramáticas e dos dicionários. Sem dúvidas, mostram apenas o que querem desses manuais, transformando-os em uma voz absolutamente definitiva. Junto

a isso, as atitudes dos puristas conforme sentenciam o mau gosto, a falta de clareza, os estrangeirismos, as gírias, os jargões e as invenções lexicais.

Além disso, existe uma associação entre correção e inteligência. Para Possenti (2003) a imprensa considera os não falantes da gramática normativa detentores de pensamento falho ou confuso – até mesmo sem pensamento. Aqui, surge a ideia de “como alguém pode ser bem sucedido profissionalmente se não sabe falar o português correto?”. Por fim, ainda ressalta o fato de a imprensa sempre apresentar análises fajutas, rasas e sem fundamento a respeito das questões da linguagem, e a ocorrência de a língua ser considerada apenas escrita, isto é, não trazer a tona os múltiplos dizeres.

É plausível asseverar que os discursos cristalizados sobre língua e seu ensino, circulados nos meses da polêmica do livro didático *Por uma vida melhor*, não são novos. Retomam enunciados taxados historicamente como a “verdade”. Impõe limites sobre o que pode ou não pode ser dito quando o tema é língua e a forma adequada de ensiná-la. Em suma, vetam os múltiplos dizeres.

Visto um panorama geral sobre o discurso midiático, é inegável a importância da mídia na construção dos discursos, já que são espaços onde os discursos têm seu ponto máximo de difusão. Atualmente, destacam-se os discursos que povoam as mídias televisivas, tendo em vista que cada dia mais são incorporados a sociedade devido à facilidade de acesso e o alcance instantâneo a milhões de espectadores, em diversas localidades.

4.2 O PODER DA TELEVISÃO

A penetração das mídias televisivas em todos os setores da vida social é incontestável. Elas inserem-se no cotidiano das pessoas quase de forma naturalizada. Em meio à multiplicidade de sujeitos, a televisão alcança uma surpreendente forma de circulação. Segundo Orlandi (2001), essa situação aponta dois aspectos. Primeiramente, em relação à própria etimologia da palavra televisão, isto é, *tele* referindo-se aquilo que atinge à distância e o olhar, permitindo um caráter de documento/testemunho.

A título de exemplificação, retomando o que foi dito por Bucci (2003), pode-se pensar no discurso de caráter positivista que circula, majoritariamente, na esfera jornalística como a “verdade”, ou seja, o texto/discurso jornalístico seria capaz de apresentar a realidade tal qual como ocorreu. Pelo viés desta corrente, pode-se afirmar

que a televisão está exercendo a função documental com excelência, já que além do texto verbal apresenta o texto não-verbal, que, atualmente, na era da imagem, circula como uma “prova real”, um “testemunho”, isto é, a “verdade absoluta”. Diariamente, ouve-se repórteres e apresentadores falando “temos imagens que comprovam tal fato” ou “estas imagens são a prova real”.

Retomando Orlandi (2001), o segundo aspecto reporta-se a interferência na relação entre quantidade e tempo. Ou seja, a televisão torna instantâneo, rápido e individual; “instala o regime de urgência” (p.179). Essa ocasião é um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a televisão historiciza seu instrumento, ela também lança um efeito de des-historização no espectador. Ela exige a localização temporal/quantitativa, mas também a dispensa, conforme retira o espectador de seu tempo e de seu episódio pessoal.

Para a analista, o fenômeno da des-historização refere-se à relação entre o diferente e o mesmo, ambos atributos do instrumento Televisão. O diferente diz respeito ao processo criativo em que as regularidades são rompidas, focando no diferente. Em contra partida, o mesmo refere-se ao processo produtivo, ou seja, a diversificação do mesmo em série, em que os diversos modos de dizer são abafados. Orlandi (2001, p. 180) afirma:

Enquanto instrumento marcado pela produtividade – múltiplos meios de homogeneização dos fins – a Tevê é um lugar de interpretação extremamente eficaz. Porque *anula* a memória, a reduz a uma sucessão de fatos com sentidos (dados) quando, na realidade, o que se tem são fatos que reclamam sentidos. É este reclamar sentido que permitiria a historicização, a inscrição do acontecimento na história. A Tevê produz acontecimento *sem* história. A Tevê produz repetição sem memória.

Nota-se que os discursos que rondaram a polêmica sobre o livro didático *Por uma vida melhor*, e as reportagens do presente estudo, foram marcados pela produtividade. De um vasto universo de pronunciamentos, a maior parcela deles apontou para a retomada de discursos solidificados, que são sempre repetidos em relação à língua e seu ensino, isto é, “existe uma português melhor e outro pior” e “aula de Língua Portuguesa é aula de gramática”. Desse modo, o diferente, os múltiplos modos de exprimir sentidos foram bloqueados. O que se viu foram diversos enunciados, que embora apresentem diferentes construções, apontaram para o mesmo,

reconstituindo-o e reiterando-o inúmeras vezes. Enfim, só se fabricou a variedade e não a mudança.

Por meio do processo produtivo que a televisão, na realidade, a mídia em geral, provoca o silenciamento de certos dizeres. Sumariamente, de acordo com Orlandi (2001, p. 181) “a Tevê trabalha para que a memória não trabalhe. Para que já esteja sempre lá um ‘conteúdo’ bloqueando o percurso dos sentidos, seu movimento, sua historicidade, seus deslocamentos”.

5 ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE E DETERMINAÇÃO DO DISCURSO

Tecidas as considerações até esse momento, finalmente, chega-se à ocasião de expor como trabalharam os mecanismos de controle e determinação dos discursos responsáveis pelo fato de determinados discursos terem sido revelados enquanto outros esquecidos, nas reportagens selecionadas acerca da polêmica do livro didático *Por uma vida melhor*. Isto é, evidenciar as relações de poder, de ver como elas se escrevem e desvendar como funcionam os procedimentos, as estratégias e as táticas que elas utilizam. Foucault (2010) afirma:

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (pág.9)

O autor defende que a sociedade ocidental, ao mesmo tempo em que quer se apoderar dos discursos sente certo temor por eles. Desta forma, Gregolin (2006), fundamentando-se no pensamento foucaultiano, indaga que foram criados mecanismos de coerção, instaurados de modo à regular a multiplicação dos discursos e apagar os vestígios de sua irrupção nas relações do pensamento e da língua. Assim sendo, Foucault descreve quais são e como agem essas instâncias do controle do discurso, uma vez que a proposta é analisar as ordens discursivas da sociedade.

Os sistemas que inspecionam e instauram os discursos, segundo Foucault (2010) são divididos em três grandes grupos que têm como efeito, respectivamente, a *exclusão*, a *sujeição* e a *rarefação*. Os procedimentos são *externos* – interdição,

separação/rejeição e vontade de verdade – *internos* – comentário, autor e disciplina – e de *rarefação ou seleção dos sujeitos que falam* – ritual, doutrina, sociedade de discurso e apropriação social dos discursos.

Não obstante o pesquisador francês tenha os separado em categorias, assegura que todas elas estão atadas, ou seja, não há uma fronteira que delimite seus espaços. Em vista disso, ao analisar como operaram os dispositivos de fiscalização dos discursos exibidos nos programas *Bom dia Brasil*, *Jornal Nacional* e *CQC* acerca do referido acontecimento, deve-se deixar claro que embora algumas formas de controle tenham sido mais evidentes, todas elas estão estritamente relacionadas. Isso posto, segue a análise.

5.1 PROCEDIMENTOS EXTERNOS

Foucault (2010) aponta que os mecanismos *externos* são de exclusão, ou seja, provocados por forças externas ao discurso capazes de limitar aquilo ou aqueles que não detêm certa legitimidade nos dizeres. Eles manifestam-se por meio da *interdição*, da *separação/rejeição* e da *vontade de verdade*.

As *interdições*, para Foucault (2010), revelam facilmente a ligação do discurso com o poder e o desejo, visto que dizem respeito à proibição de dizer certos assuntos (tabu do objeto), em certas circunstâncias (ritual da circunstância) e por certas pessoas (direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala). Não é admissível dizer tudo, em qualquer circunstância, por qualquer um. Decorre das interdições, o fato que, em uma sociedade, em determinado período histórico, existem aqueles que podem e aqueles que não podem falar, em certa esfera discursiva.

Aqui, sobressai a seguinte questão acerca da polêmica: o que se pode falar, quem pode falar e em que lugar se pode falar sobre língua e seu ensino? Vê-se que nas três reportagens, independente se está de acordo com os direcionamentos dos estudos da linguagem ou se realmente estaria prejudicando os alunos, defende-se que o livro didático “ensina o português errado” (uma vez que a norma culta é infringida), por conseguinte, dificultando o desenvolvimento social do aluno.

Nota-se que até mesmo no *Jornal Nacional*, uma das reportagens que ao menos apresentou outra visão do caso – pois trouxe a voz da autora do livro didático (Heloísa Ramos) – retoma-se o fato de que (não importando o que se diga) será sempre a norma

culta a responsável pelo bom desempenho dos alunos nas diferentes situações sociais. Insurge nessa reportagem, inicialmente, a ideia do ensino de língua plural, de propor o ensino de diversas situações de comunicação para a melhor desenvoltura linguística e de que o mito “certo” e “errado” deve acabar, já que não há apenas um modo apropriado de falar. Contudo, a reportagem finaliza assegurando as seguintes preposições, anunciadas, respectivamente por Julio Mosquera e Fátima Bernardes: “Raquel Dettoni concorda que é preciso respeitar o falar popular [...] Mas ela enfatiza que a escola tem um objetivo maior, que é ensinar a Língua Portuguesa que está nas gramáticas” e “O Ministério da Educação informou ainda que a norma culta da Língua Portuguesa será sempre a exigida nas provas e avaliações”.

Em suma, embora a reportagem do *Jornal Nacional* abra o espaço para dizeres diferentes, o discurso consolidado do falar “errado”, de que aula de Língua Portuguesa deve ser aula de gramática e de que quem detém a “norma culta” detém o sucesso, é colocado em destaque. Os outros sentidos possíveis (a língua é heterogênea, a língua não é sinônimo de “norma culta”) são abafados, assim, evidenciando que são apenas esses discursos cristalizados que estão autorizados a circular. Dito de outro modo, não se pode fugir dos limites delineados pelos efeitos de sentidos provindos da escola, das provas, dos vestibulares. E, quando uma fuga acontece, logo é apartada.

Tais discursos também são recorrentes nas outras reportagens, como é possível ver nos trechos abaixo:

QUADRO 2:

Trecho 5: Reportagem 1/ Bom dia Brasil / Renata Vasconcelos	“Alexandre Garcia, o Ministério da Educação esclareceu que a norma culta da Língua Portuguesa vai ser sempre exigida nas provas e avaliações, que isso fique bem claro.”
Trecho 6: Reportagem 2/ Bom dia Brasil / Renata Vasconcelos	“Agora, importante salientar é isso: até o próprio MEC fez questão de divulgar e de dizer que no vestibular, nas provas de vestibular a norma culta da língua vai ser observada.”
Trecho 7: Reportagem 4/ CQC / Participante 5	“Temos que entender que gente do povo pode até falar assim, mas a meta é melhorar e não ensinar as coisas errada as crianças.”

Além disso, visto que se reporta a um acontecimento da esfera política, identifica-se certa barreira em alguns pronunciamentos por tratar-se de um acontecimento que envolve posturas políticas. Foucault (2010) indaga que é na região da sexualidade e na da política que a “grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam” (p.9), devido às interdições encontrarem nelas lugar privilegiado para

exercer seus mais temíveis poderes. É sabido que uma disputa política partidária desencadeou a circulação de determinados discursos acerca da polêmica. Na verdade, um fato completamente específico serviu de mote para criação de um “espetáculo”, deixando um embate político às escuras, pois não foi dito claramente que a polêmica trazia consigo mais do que um problema meramente linguístico. Segundo Possenti, para o jornal *O Globo*:

Ao fazer tanto alarde em torno de algo que para os educadores é uma prática já consolidada, essa falsa polêmica, na verdade, é mero pretexto para os que se empenham em reunir mais munição para desacreditar o governo da presidente Dilma Rousseff: os mesmos que, amparados pela grande mídia (comprometida até as entranhas com os interesses das elites de um país campeão mundial das desigualdades), tornaram a última campanha presidencial um desfile de mentiras grotescas. [...]

A proposta aqui, sem dúvida, não é posicionar-se contrário ou favorável ao governo vigente, no entanto, observar a atuação da interdição em alguns discursos (a condição mesmo de interdito), posto que falar de questões da esfera política não é tão tranquilo: diz respeito a um lugar perigoso. Não é viável falar abertamente sobre ela. Há limites do que se pode ou não se pode dizer, ainda mais se os enunciados partirem dos meios de comunicação e de programas representativos no cenário nacional, afinal, ninguém quer se “comprometer”. Desse modo, ocorrem duas situações nas reportagens do *corpus* de análise: ou simplesmente, não se falou da problemática política, ou se falou, mas de modo “indireto”, ou seja, a crítica ao governo vigente não é explícita. Como exemplo, os seguintes excertos:

QUADRO 3

<p>Trecho 8: Reportagem 4/ CQC / Participante 3</p>	<p>P3 – Tem outros aspectos envolvidos nisso que não é apenas uma questão do que tá certo ou errado no livro, né? Tem uma questão política por trás disso também, mas eu acho melhor eu não conversar isso agora com você.</p>
---	---

<p>Trecho 9: Reportagem 2/ Bom dia Brasil / Sérgio Nogueira</p>	<p>Olha, diante de toda essa polêmica o MEC me desculpe, é Enem desorganizado, ProUni falta de fiscalização, agora é o livro didático, já teve problema com o livro de História. Gente, pior é aquela reportagem sobre a merenda. Essa me irrita profundamente, mais até como educador e não como professor de Português.</p>
---	---

No trecho 8, a entrevistada percebe que é um discurso problemático de enunciar, portanto, recusa-se a exprimir suas considerações. Em contra partida, há menções “discretas” a um embate político partidário nos excerto seguinte visto que é possível associar o fracasso do livro didático do MEC, da desorganização do Enem, da falta de fiscalização do Pro Uni ao mesmo insucesso do governo.

No entanto, é necessário fazer um adendo. Na realidade, o *CQC*, notoriamente, durante toda a reportagem, visou descredibilizar a aprovação do livro didático por parte do MEC, conseqüentemente, também o governo que deu subsídios à validação do material. Visivelmente, censurou-se a atitude do órgão, o qual é parte integrante do governo atual. Em todos os momentos que foram perguntados sobre o problema linguístico contido no material, frisava-se que a cartilha havia sido aprovada pelo MEC, que o livro didático era do MEC. Não se diz o nome do livro, o autor do livro, mas apenas o fato de ter sido produzido e validado pelo MEC, ou seja, o órgão que mais uma vez está cometendo “gafes”. Ou ainda, é feita uma relação, de modo debochado, entre o ministro que já não sabia fazer o Enem e o novo livro didático problemático. Por exemplo, os fragmentos:

QUADRO 4

<p>Trecho 10: Reportagem 4/ CQC / Felipe Andrioli</p>	<p>FA – Nós tá aqui em São Paulo com um monte de criança pra fala sobre o novo livro do MEC, é isso aí. Eles distribufram mais de meio milhão de livrO ensinando errado, ensinando a falar plural no singular, singular no plural e mistura tudo. Gente, vamos fala errado, então? [...]</p> <p>FA – Que que você achou da nova cartilha do MEC? [...]</p> <p>FA – Mas, é que eu estudei na cartilha do MEC, você viu o novo livro do MEC? Eles falaram que assim nós pode falar. [...]</p> <p>FA – Óóóóó. Se a senhora viu a nova cartilha do MEC que tá sendo distribuída ensinando as crianças a falarem o português de uma maneira popular. [...]</p> <p>FA – Vamo atrás do Juka. Pera ae, gente, vamos atrás do Juka. Juka. Que que você achou da nova cartilha do MEC?</p>
---	---

<p style="text-align: center;">Trecho 11: Reportagem 4/ CQC / Mônica Iozzi e Paulinho da Força</p>	<p>MI – Você acha que os deputado vão aceita essas nova orientação, do Ministério da Educação, dos ministros? PF – O ministro que não sabia, que não sabia fazer o ENEM? MI – Esse jeitinho que eu fiz a pergunta para você, você acha que tá certo? PF – Tá errado. É o ministro que não sabe fazer o ENEM que você ta falando?</p>
--	---

Com efeito, é do próprio estilo do programa tentar romper as réguas que regem o perigoso discurso político (mesmo com fundamentos contraditórios e confusos), enquanto tentam “humoristicamente” criticar toda e qualquer decisão que venha de Brasília. O objetivo do *CQC*, diferentemente do *Bom dia Brasil* e *Jornal Nacional*, é escancarar uma avaliação negativa das instituições. Possivelmente, por tentar arrebentar os limites do que se pode dizer no âmbito político, o programa é alvo de muitos processos judiciais. Seja uma prática meritória ou não, mostra a atuação ferrenha dos interditos nesse campo.

Isso posto, é curioso perceber os sentidos atribuídos ao MEC e ao Ministro da Educação. Voltando aos trechos 5 e 6, nota-se que eles servem de argumento de propriedade para validar o enunciado de que nas provas, nos vestibulares e nas avaliações a “norma culta” será sempre a requerida. Nesse momento, é realmente legitimado como o órgão máximo do controle da educação, visto que o seu “competente” coordenador continuará a ratificar o uso da gramática normativa. Porém, ao retornar ao trecho 1 e nos trechos 9, 10 e 11, observa-se que é construída a imagem de um setor e da figura de um ministro fracassados, em que a polêmica do livro didático é apenas mais um equívoco cometido dentre tantos outros. Talvez, aqui, com a retomada de já-ditos sobre ações do Ministério e do ministro vão se delineando os supostos ataques ao governo.

Ainda reportando aos interditos, falta responder: quem pode falar e em que lugar pode falar? Atenta-se que no âmbito midiático os jornalistas possuem a palavra. Entretanto, para legitimar os discursos que defendem, eles buscam as vozes autorizadas advindas de pessoas e instituições que historicamente constituíram o dizer “verdadeiro”.

Nesse caso, aqueles que sabem a “verdade” sobre a língua e seu ensino, logo, podendo se pronunciar.¹⁷

Em todas as reportagens, seja positiva ou negativamente, a voz do MEC surgiu, uma vez que se trata da unidade oficial do governo responsável pelas políticas educacionais do país, ou seja, lugar que tem a autoridade máxima para expor e instaurar medidas sobre os assuntos da educação no Brasil. O direito de dizer também foi dado aos especialistas e professores da língua, afinal, são eles que estão constantemente em contato com a sua “veracidade”. No *Bom dia Brasil*, tem-se a figura do professor Sérgio Nogueira e no *Jornal Nacional* a da professora Heloísa Ramos (escritora do livro didático) e da sociolinguísta Raquel Dennotti.

Por outro lado, o *CQC*, além de trazer a autoridade dos repórteres (afinal, como Marcelo Taz diz no início da matéria, já que Felipe Andrioli e Mônica Iozzi “fizeram seu ensino completo”, assim, tendo domínio suficiente para falar do tema) e a voz de professores (não só de língua), entrevista diversos pais, aqueles prejudicados pelo fato de os filhos estarem aprendendo errado, portanto, detentores do espaço para expressar sua indignação. Além disso, as entrevistas ocorrem na frente da escola, isto é, o local onde se encontra as certezas a respeito da língua e o modo “correto” a ser ensinada. Por fim, o programa exhibe os discursos dos deputados, direto da Câmara, pois são eles responsáveis por determinar leis, nesse sentido, também legalizados a exprimir opiniões acerca de aprovações feitas pelo MEC, ainda mais por reportar-se ao absurdo de ratificar um livro didático que ensina “errado”, quase um “fora da lei”.

Sumariamente, esses sujeitos-lugares, quando o assunto é língua e o ensino de Língua portuguesa, têm o direito privilegiado ou exclusivo de falarem. No entanto, quando os discursos saíram do limite do que podia ser dito, foram silenciados. Para corroborar a ideia do sufocamento dos múltiplos sentidos, é importante salientar que em nenhum momento apareceu nas reportagens à opinião dos alunos sobre o acontecimento. Em nenhuma delas foi dado voz aos alunos, nem ao menos aos alunos do EJA que receberam o livro didático, supostamente, os mais afetados com toda essa situação. Outro discurso que não teve vez foram os provindos das Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, importantes documentos que dão orientações para a prática de ensino, fundamentados nos recentes estudos das áreas da Linguística e

¹⁷ É necessário lembrar aqui da *posição-sujeito*. Não são os indivíduos que determinam sentidos, mas os lugares que podem ocupar.

também dos professores e especialistas inseridos em linhas que não sejam da gramática normativa. Talvez, esses discursos foram calados, porque poderiam revelar a insignificância de tal acontecimento, desmascarando o *status* de polêmica, ou, porque poderiam demonstrar outras direções para a noção de língua, deste modo, tirando o controle social que língua privilegiada promove como se verá adiante.

Exposto o mecanismo de interdição, parte-se para o segundo procedimento *externo*, o qual se refere aos discursos não considerados autênticos para transitarem na sociedade, desta maneira, condenados a ficarem calados. Trata-se do princípio de *exclusão* em que atuam a *separação* e a *rejeição*. Foucault (2010) aponta como exemplo, o discurso do “louco”, dado que “desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não acolhida, não tendo verdade, nem importância [...]” (p.10). Ou seja, um discurso que não pode ser ouvido, que é levado em consideração apenas quando lhe é atribuído, segundo Foucault (2010, p. 11), “o dizer de uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber”.

Embora Foucault (2010) alerte que, os dizeres do campo da loucura em certos pontos estão sendo acatados, a *separação/rejeição* está longe de ser extinta, pois elas trabalham agora de outras maneiras, por meio de novas instituições e com resultados distintos. Nessa acepção, por intermédio desse mecanismo de “segregação”, a sociedade condena alguns discursos a não circularem, a não terem sua existência reconhecida. Em outras palavras, delimita o esquecimento de alguns discursos pelas censuras entre o normal e o patológico, a razão e a desrazão, o certo e o errado.

Por esse caminho, os discursos das reportagens apontam que quem não fala de acordo com as “regras gramaticais”, isto é, as formas “certas” em detrimento das “erradas”, deve ser refutado do meio social. Os indivíduos “ignorantes” linguisticamente não têm o direito de ter espaço na sociedade letrada, deveras, em um lugar superior no “mercado” de trabalho. Assim como o louco, o não detentor da língua “correta” deve ser repellido de determinados círculos sociais.

Para Alexandre Garcia (reportagem 1), “A educação liberta e torna a vida melhor porque nos livra da ignorância, que é essa condenação a uma vida difícil. Quem for nivelado por baixo terá a vida nivelada por baixo.” Isto é, quem continuar sendo nivelado por baixo, ou seja, continuar aprendendo “errado” com o livro didático *Por*

uma vida melhor e não adquirir a “norma culta” estará sentenciado a viver na margem, a ser rejeitado na sociedade, especialmente, na sociedade do consumo.

Além disso, retomando o exemplo do *Jornal Nacional* citado acima – exibiram-se outras visões sobre o tema, porém o discurso consolidado referente à “norma culta” ser a única legitimada foi reafirmado – constata-se a *rejeição/separação* dos discursos que não apontaram para uma noção consolidada de língua e do seu ensino. Nos falares em que ao menos vêm à baila visões diferentes para a situação, as escolhas das expressões ou dos jogos de edição provocam o destaque na certeza de que o livro ensina “errado” e de que há uma língua melhor. Dito de outro modo, outras percepções podem até aparecer, todavia, são rechaçados ao final, seja pelo próprio indivíduo ou por um outro. Por exemplo:

QUADRO 5

<p>Trecho 11: Reportagem 4/ CQC / Participante 7</p>	<p>“É porque tem que respeitar a forma de falar de qualquer um, mas não deveria estar escrito isso.”</p>
<p>Trecho 12: Reportagem 4/ CQC / Paulo Rubem e Francisco Praciano</p>	<p>PR – Eu não vejo contradição entre respeitar e conviver com a língua do povo, da forma como o povo se expressa, o importante é que se o povo está se entendendo quando ele conversa entre si, quando ele conversa.</p> <p>FP - Modernamente, a quem diga o seguinte “que aquilo que comunica está certo”, eu não concordo. Eu acho que a escola, ela tem que trata da língua formal, da língua culta.</p>

A visão aceita como mais evidente do repórter ou de outro entrevistado é colocada sempre após uma visão que apresente perspectivas mais interessantes, tendo em vista que a primeira deve ser sempre abafada, esquecida. No do *Jornal Nacional* o pronunciamento de Heloísa Ramos vem antes de todas as opiniões que a refutam. No *CQC*, o mesmo ocorre com Paulo Rubem e Francisco Praciano como é possível ver no quadro. Em suma, as edições das reportagens focalizam toda vez na visão já consolidada de língua e seu ensino.

Vistos os dois sistemas *externos* de coerção do discurso, parte-se para o terceiro. De acordo com Foucault (2010), devido à importância que alcançou na sociedade ocidental, dos três organizações de *exclusão* que atingem o discurso, a *vontade de verdade* é o mais fundamental e atravessa os dois primeiros, certamente também transpassa, como será exposto adiante, os procedimentos internos e de rarefação dos sujeitos. Evidentemente, todos os discursos estão essencialmente atrelados às vontades

de verdade.

Em todas as sociedades, subjacentes às suas práticas, existem desejos de certezas, que opõe o que é verdadeiro e o que é falso. A “verdade” se estabelece historicamente em uma instituição. Não existe apenas uma verdade, uma essência a ser encontrada, mas vontades de verdades que são produzidas conforme as contingências históricas. Em outras palavras, existem certas verdades defendidas que são disseminadas conforme as pretensões do lugar de onde se diz e do momento em que é dito. Foucault (2004, p. 12) declara:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

As vontades de verdades, segundo Foucault (2010), são apoiadas sobre um suporte e uma distribuição institucional e tendem a exercer sobre os discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. Diferentes instituições, entre elas a das ciências humanas, ritualizam sua aplicação, oferecem caminhos para valorizar e disseminar essas vontades de verdades. O discurso que elas realizam, coagem e compelem, pois, dificilmente nossa sociedade desconfia desse tipo de poder (por exemplo, o discurso científico que é tido como “objetivo” e válido).

Pode-se afirmar que as vontades de verdades defendidas nos discursos das reportagens escolhidas para análise sustentam ao menos dois enunciados “verdadeiros”, os quais estão estritamente ligados entre si e aos outros procedimentos e que já vêm sendo mostrados desde o início deste estudo. Em primeiro lugar, como já mencionada diversas vezes, a questão de existir o “certo” e “errado” acerca da língua e do seu ensino. Em segundo lugar, o fato de a “norma culta” proporcionar a quem a possui um lugar de sucesso.

Certamente, a primeira vontade de verdade é a que mais foi exposta neste trabalho. Ela refere-se ao fato de a maior parte dos discursos transitados na mídia no período da polêmica, inclusive nos enunciados pelo *corpus* de análise desta pesquisa, apontarem que o livro didático *Por uma vida melhor* ensina o português errado porque admite o debate das variações linguísticas. Ao proferir tais discursos, infere-se que

existe uma norma “certa” para bem usar a língua (fundamentada no viés normativo), a qual deve ser ensinada sistematicamente nas aulas de Língua Portuguesa, e também uma norma errada, baseada nos dizeres “piores”, a qual não deve ser proferida e muito menos ensinada.

A fim de demonstrar o quanto a oposição de que há uma língua “certa” e outra “errada”, de que existem pessoas que falam “certo” e outras “errado”, é reiterada e consolidada como verdade, o quadro abaixo apresenta o número de vezes que estas palavras (ou suas variações, como, erro, certo, direito, incorreto, etc.) apareceram nas reportagens, em um curto espaço de tempo.

QUADRO 6

	CERTO	ERRADO
Reportagem 1/ Bom dia Brasil 2 minutos e 18 segundos	1	3
Reportagem 2/ Bom dia Brasil 4 minutos e 6 segundos	4	2
Reportagem 3/ Jornal Nacional 3 minutos e 21 segundos	4	2
Reportagem 4/ CQC 8 minutos e 20 segundos	7	12

Como já foi visto, essa vontade de verdade vem de longa data e cada vez mais se consolida na mídia, nas escolas, nas avaliações e no “mercado” de trabalho.¹⁸ Ou seja, hoje, o que circula quando o assunto é linguagem diz respeito à certeza de uma variedade privilegiada responsável por unificar os dizeres, unificar a identidade do país. Por isso, o temor de que outros modos de falar sejam admitidos, pois estaria ameaçando a legitimidade da língua “pura”, isto é, a “verdadeira” língua, podendo até extingui-la.

Exemplo disso, quando Renato Machado pergunta a Sérgio Nogueira se não distinguir o “certo” do “errado” acarretaria no fim da gramática (nessa concepção, já que língua é sinônimo de gramática, o fim da chamada “norma culta”) e o professor responde: “a verdade é o seguinte: o fim da gramática já vem sendo feito a um bom tempo por essa nova linha do ensino da chamada Linguística Moderna, em que o certo e o errado é abandonado e a variação, as variantes linguísticas são valorizadas.”

Sumariamente, é possível afirmar que os dizeres advindos do cenário polêmico,

¹⁸ Retomar os capítulos 3 e 4.

subjacente à ideia inicial do ensino errado e da não aceitação das variações linguísticas, a língua está sendo concebida como algo abstrato, transparente e imutável. E é essa verdade que é aceita; é essa a verdade autorizada a transitar na sociedade brasileira há muito tempo, a qual provoca o efeito de evidência.

Uma segunda verdade possível de ser encontrada nesse cenário refere-se ao discurso da língua e seu ensino estar intimamente associado a outro discurso recorrente na sociedade de consumo, a saber, o discurso de que é preciso “vencer na vida” e que um dos elementos essenciais para isso acontecer é a língua “certa”. Para iniciar a reflexão, foram escolhidos os seguintes trechos.

QUADRO 7

<p>Trecho 13 : Reportagem 1/ Bom dia Brasil / Alexandre Garcia</p>	<p>AL – Renata, quando eu tava no primeiro ano do grupo escolar e a gente falava errado, a professora nos corrigia, porque ela estava nos preparando para vencer na vida. É notório que o conhecimento liberta, que forma eleitores e contribuintes conscientes, gente que cresce e faz o país crescer, né? É notório que o conhecimento vem pela educação, em casa, na escola, na vida. E também é óbvio que a raiz de tudo tá na capacidade de se comunicar. A linguagem escrita que transmite e difunde o conhecimento e o pensamento diferencia o animal homem dos outros animais. A educação liberta e torna a vida melhor porque nos livra da ignorância, que é essa condenação a uma vida difícil. [...] Pois, ironicamente, esse livro se chama “Por uma vida melhor”.</p>
<p>Trecho 14: Reportagem 2/ Bom dia Brasil / Sérgio Nogueira</p>	<p>SN – Todos pagamos pelas escolas públicas. Você pagar uma escola em que o seu filho vai continuar falando aquela língua que ele não precisa, é, que ele pode aprender sozinho.</p>
<p>Trecho 15: Reportagem 4/ CQC / Felipe Andrioli e Participante 2</p>	<p>FA – O que a senhora acha de um livro que acha que tá, tá tranquilo fala o artigo no plural e o substantivo no singular? P2 – Sem comentários. É deixar os pobres cada vez mais pobres, cada vez mais desvalidos, cada vez mais abandonados.</p>
<p>Trecho 16: Reportagem 4/ CQC / Felipe Andrioli, Participante 3 e 5</p>	<p>FA – Se eu chego pra ti pra ti entrevista e falo assim “Nóis ta aqui pra conversa com a fessora de geografia” você acha que eu sou um bom repórter? P3 – Não, eu acho que não, eu acho que você não é um repórter sério [...] FA – Se eu ti pergunta assim “tá esperando as criança saí do colégio?” você ia acha que eu sou um bom repórter? P5 – Não, você precisa estudar um pouco mais, né?</p>
<p>Trecho 17: Reportagem 4/ CQC / Marcelo Tas</p>	<p>MT – Pode ser, e eu fico até curioso para saber o seguinte, onde uma criança que estudo, estudo e estudo, e não domina a Língua Portuguesa vai trabalha?</p>

O discurso do “vencer na vida” circula na sociedade de consumo¹⁹ em diversos setores afirmando que só se vence quando após muito trabalho, estudo, sacrifícios, acumulam-se bens materiais ou uma boa formação profissional (evidentemente, podendo ostentá-los depois para comprovar que se chegou lá). No âmbito escolar, o discurso é retomado diversas vezes para justificar o fato de os alunos terem que comparecer todos os dias as aulas para conseguir “vencer na vida”.

Retomando os trechos, em linhas gerais, reforçando a noção do discurso de “vencer na vida”, eles mostram que se a pessoa for proprietária da língua, logicamente, a língua entendida como “norma culta”, ela estará apta a ter sucesso profissional e financeiro, assim, podendo realizar todas suas vontades. No entanto, se ela falar “errado”, não conseguirá entrar no “mercado” de trabalho, conseqüentemente, não terá dinheiro, formação, *status*, etc.

Corroborando a ideia de Baronas (2003), certos discursos apontam que a língua deve ser adquirida pelos cidadãos para crescer, isto é, tem-se uma verdade em relação à língua fundamentada nos preceitos do consumismo: quem tem o poder de se comunicar “corretamente”, seguindo a norma privilegiada, será uma pessoa com êxito. Para Baronas (2003, p.87), “[...] industrializa-se a língua de maneira semelhante à industrialização de um automóvel, uma espécie de *taylorismo* linguístico, que a partir de uma re-naturalização do mito da identidade língua-gramática, vende não um produto, mas a possibilidade de o sujeito concretizar os seus desejos”.

Ora, se fosse dado espaço para os dizeres plurais, nas mais diferentes variações linguísticas, o controle sobre a manutenção do objeto de sucesso poderia ser perdido. Como no capitalismo o espaço de sucesso é para poucos, a língua (“norma culta”) torna-se mais objeto de desejo a ser adquirido, do mesmo modo que um carro, uma casa, um curso, a fim de proporcionar ao indivíduo um lugar de prestígio.

Interessante perceber o exagero e generalizações feitas pelos jornalistas. Alexandre Garcia (reportagem 1) em um depoimento comovente, relaciona o falar “errado”, o conhecimento “errado”, com a condenação dos sujeitos a ignorância. Como se a “língua escrita correta” (pensada apenas como um sistema de normas), fosse o

¹⁹ Entende-se *sociedade de consumo* como a sociedade de bens de oferta normatizados/massificados, em que o indivíduo é reduzido apenas à condição de consumidor devido à automatização dos sistemas de produção típicos dos sistemas capitalistas. Nessa sociedade, pressões são exercidas sobre o consumidor para seguir determinados padrões. Referindo-se a visão de Marcuse, Poletto (2011) afirma que por meio da propaganda, o homem é levado ao consumo supérfluo, então desempenha suas funções com o objetivo de consumir; a realização como seres não é importante, o produto é tido como essencial.

único fator de constituição do profissional, do cidadão, e até mesmo do ser humano capaz de interferir na sociedade. Além disso, se a escola não ensinar a língua “melhor”, estaria desenvolvendo um grande obstáculo no caminho dos alunos para se alcançar o sucesso.

No mesmo sentido, Felipe Andrioli e Marcelo Tas reafirmam o discurso de que falar em outras variações linguísticas e não segundo a “norma culta” modula profissionais que não são “sérios”, incapazes de encontrar um “bom” emprego. Curioso observar o fato de as reportagens legitimarem que um acontecimento tão pequeno, o qual não ocupa mais de duas páginas do livro didático, é capaz de influenciar toda a formação do aluno. Como se o “erro absurdo” do livro didático veta-se as oportunidades de todos, exatamente todos os alunos brasileiros desvalidos, uma vez que desconsidera os outros setores que influenciam na formação dos sujeitos. Dito em poucas palavras, constrói-se na sociedade a vontade de verdade que indica a necessidade do sujeito possuir a língua “correta” para “vencer na vida”.

Por esse caminho, é plausível observar outro objetivo do setor midiático, nesse caso, especificamente, da *Rede Globo*, em tornar um caso específico em uma polêmica, um absurdo: além de proporcionar ibope com mais um caso polêmico, precisam ratificar as verdades absolutas para língua e seu ensino de algum modo, já que são essas verdades consolidadas – existe uma língua padrão que unifica o Brasil – defendida em vários outros programas da emissora. Afinal, quem nunca ouviu o enunciado “precisamos seguir um padrão de língua a *la* Willian Bonner”? Vejam-se os seguintes exemplos:

QUADRO 8

<p>Trecho 18: Reportagem 2/ Bom dia Brasil / Sérgio Nogueira e Renata Vasconcelos</p>	<p>SN – [...] O que mais me irrita nessa situação toda é que se falamos tanto em preconceito, em discriminação, eu acho que a discriminação maior é você, alguém acreditar que nossa criança é incapaz de aprender a fazer plural, a concordar verbo com sujeito. Gente, o ‘Soletrando’ tá provando isso aí. Questões ortográficas mais complexas eles são capazes de aprender.</p> <p>RV – O programa do Luciano Hulk, no ‘Soletrando’</p> <p>SN – Do Luciano Hulk, do qual eu participo, sou testemunha, ninguém me disse nada, eu vejo, eu sinto isso.</p>
<p>Trecho 19: Reportagem 2/ Bom dia Brasil / Renato Machado e Sérgio Nogueira</p>	<p>RM – Professor, a língua é um traço de união nacional? E ela estaria ameaçada?</p> <p>SN – Nesse caso sim. Porque é diferente você respeitar as variantes regionais, as variantes sociais e não conhecer uma língua geral, uma língua padrão. Por sinal, nosso trabalho constante aqui na</p>

	Globo, que é conseguir essa linguagem, como no caso do Bom Dia, que atinge sul, norte, leste e oeste. Hoje, um gaúcho da fronteira se comunica com um sertanejo.
--	--

Se as reportagens admitissem que as variações linguísticas podem ser estudadas e aceitas, estariam abalando a verdade que a própria rede de comunicação reitera diversas vezes, em diferentes situações (no *Soletrando*, no *Fantástico*, no próprio *Bom dia Brasil*), isto é, existe uma língua padrão que deve ser preservada. Portanto, ao dizer a “verdade” da língua e seu ensino estaria credibilizando o seu próprio trabalho e validando a sua própria concepção, afinal, a emissora não poderia ir contra a sua “verdade”.

Apresentadas alguns das vontades de verdades possíveis, antes de partir para a avaliação dos procedimentos internos de coerção é notável finalizar esse momento destacando mais uma vez aquilo que é ensinado por Foucault (2004) sobre a verdade:

Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico – político que ela desempenha.

Desse modo, ao vasculhar esses discursos não se pretende encontrar a “verdade” a ser aceita, mas, como se tem feito até aqui, reconstituir os dizeres estabelecidos pelos procedimentos de coerção ao quais criaram uma “vontade de verdade” sobre a língua e seu ensino na sociedade atual. Assim, é interessante notar que um campo do saber ao usar o discurso de “verdade absoluta”, como é o caso dos discursos das reportagens analisadas, acarretam exclusão, separação, interdito, ou seja, poderosos sistemas capazes de silenciar a heterogeneidade de sentidos e manter o controle sob um (ou pouquíssimos) discurso consolidado.

5.2 PROCEDIMENTOS INTERNOS

Nos mecanismos internos, os discursos exercem o seu próprio controle. Dispositivos que trabalham, sobretudo, de acordo com Foucault (2010, p. 21), “a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso”.

O primeiro procedimento interno intitulado *comentário* diz respeito aos discursos provindos de grandes referências, narrativas maiores que se contam e se reiteram em certas sociedades, ou seja, o discurso que admite inesgotáveis tesouros de sentido e merece “ser indefinidamente relançado, recomeçado, comentado” (FOUCAULT, 2010, p. 24).

Segundo Foucault (2010), por meio do comentário, dividem-se os discursos fundamentais ou constituintes (como os textos jurídicos, religiosos, literários, científicos, etc.) daqueles discursos que se repetem e comentam (discursos cotidianos). Ou seja, existem os discursos que estão na gênese, que, de forma indefinida, estão para além de sua formulação, pois são ditos, mantêm ditos e ainda podem dizer, e aqueles que “se dizem” no decorrer dos dias e das trocas.

Entretanto, esse deslocamento não é estanque, nem permanente, nem absoluto, pois, conforme Foucault (2010), diversos textos maiores se misturam e somem, assim, por vezes, os comentários tomam seu lugar inicial. No entanto, embora ocorram certas mudanças nos pontos de aplicação, a função continua a mesma, “e o princípio de um deslocamento encontra-se sem cessar repostado em jogo” (p. 23).

Os jogos discursivos do comentário – o desnível entre o texto primeiro e o texto segundo – provocam dois gestos solidários entre si: enquanto por um lado é possível edificar indefinidamente novos discursos, por outro, é possível proferir o que estava ligado silenciosamente no primeiro texto. Foucault (2010, p.26) demonstra que:

O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.

Nesse sentido, o comentário atuou na irrupção rara, no acaso, do acontecimento discursivo “polêmica do livro didático” enquanto buscou repetir certos grandes discursos e esquecer outros. Como visto anteriormente, constata-se a retomada incansável de já-ditos respaldados em importantes referências para a sociedade atual quando o assunto é língua e o modo adequado a ensiná-la, isto é, o discurso científico (viés normativo), o discurso escolar (ensino pautado em regras), o discurso capitalista (língua é fundamental para “vencer na vida”), entre outros.

QUADRO 9

<p style="text-align: center;">Trecho 20:</p> <p style="text-align: center;">Reportagem 1/ Bom dia Brasil / Alexandre Garcia</p>	<p>AG - Olha, a Coréia saiu da terra arrasada por duas guerras em apenas duas ou três décadas de educação rígida. A China, que há poucos anos estava atrás do Brasil, sabe pra onde que i, está indo a razão de 10% ao ano do PIB: com educação rígida, tradicional, COM-PE-TI-TI-VA e premiando o mérito. Por aqui, com a chancela para ignorância que infelicita estamos apontando pro sentido contrário.</p>
--	---

Como pode ser visto no quadro referido, Alexandre Garcia, no seu discurso inflamado, procurou referenciar seu “ideal” de educação para o Brasil em lugares que historicamente, são reconhecidos pela sua boa qualidade no setor educacional apesar das várias dificuldades semelhantes as brasileiras (Coréia e China), ou seja, referências importantíssimas nesse cenário capazes de consolidar o discurso educacional enraizado. Enfim, o comentário exerceu um controle sobre o acaso do aparecimento do discurso à medida que restringiu os textos que deveriam retornar, os quais devem necessariamente ser preservados e redescobertos cada vez mais pela sociedade.

Retomando o que foi dito por Orlandi (2001) em relação ao processo produtivo, é factível dizer que o comentário desempenha função semelhante, uma vez que através de diferentes meios homogeneízam-se os fins. Por meio de intermináveis jogos de paráfrases e polissemia postas pelo comentário, conforme um paradoxo que ele translada sempre, disse pela primeira vez aquilo que, todavia, havia sido dito anteriormente – a questão da língua “certa” e “errada” e o fato das aulas deverem basear-se em normas gramaticais – e repetiu inúmeras vezes aquilo que nunca havia sido dito – o fato de existir uma polêmica linguística em torno do livro didático *Por uma vida melhor*.

Enquanto o *comentário* refere-se à identidade que precisa ser repetida e o sentido que necessita ser redescoberto, por outro lado o *autor* reporta-se à identidade e ao sentido validados por quem formulou o discurso. Segundo Foucault (2010), “o comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma *identidade* que teria forma da *repetição* e do *mesmo*. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*.” (pág. 29).

De acordo com Foucault (2010), certamente, o *autor*, o segundo procedimento de controle interno, não é o indivíduo que produziu o texto, mas o princípio da união do discurso, a unidade e origem de suas acepções, a base de sua coerência. Dito de outro

modo, o autor é uma função – função autor, a qual propõe coesão e congruência ao discurso, limitando-lhe o acaso. A criação da função-autor, que veio desenvolvendo-se desde a idade média, diz respeito ao dispositivo que objetiva controlar a circulação dos textos ou dar-lhes autoridade por meio de uma assinatura legitimadora.

O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real. [...] mas isto não impede que ele tenha existido, esse autor real, esse homem que irrompe em meio a todas as palavras usadas, trazendo nelas seu gênio ou sua desordem. (FOUCAULT, 2010, p.28)

Examinar a autoria na relação que o texto estabelece com o sujeito que o produziu significa conceber o sujeito da escrita como uma construção do próprio discurso e encontrar por meio do jogo de uma identidade a criação do efeito da individualidade do autor. Assim sendo, ao apresentar a autoria de alguns discursos sobre a língua e seu ensino, os programas estão caracterizando certo modo de ser do discurso. Indica que ele não é corriqueiro, efêmero, indiferente, mas, que se trata de um discurso que deve ser aceito/confirmado, que deve receber determinado estatuto, nessa sociedade e nesse momento. Talvez, se os discursos circulassem no anonimato, não teriam o efeito de “verdade” esperado, ou seja, a cartilha do MEC estar ensinando o “português errado”.

Por isso, certos textos assumiram explicitamente a existência da autoria – por meio da marca de assinatura – enquanto outros o apagaram. Vê-se que no *CQC*, o nome dos funcionários, pais e professores entrevistados em frente à escola não apareceram, já que reportam as opiniões do “senso-comum”, do geral, as quais não têm um alto valor de autenticação. Em contrapartida, entrevistado também nos arredores da escola, Juka Kfoury é nomeado. Significações de legitimidade são expressas a partir do seu nome, uma vez que é um importante jornalista esportivo brasileiro, intelectual e famoso (sabe-se o quanto a fama e as celebridades são validadas na sociedade do “espetáculo”). Do mesmo modo, a autoria é dada a todos os deputados, levando em conta a representatividade do lugar de onde falam (poder legislativo), do posicionamento que denotam (um é de direita ou de esquerda, de um partido ou outro), entre outros, assim, consequentemente, provocando certos efeitos sentido.

Pelo mesmo caminho, o *Bom dia Brasil* e o *Jornal Nacional* trazem à tona os nomes Alexandre Garcia, Sérgio Nogueira, Heloísa Ramos, Raquel Dennotti e etc, não simplesmente para reenviar a função-autor para o indivíduo “real”, mas para dar lugar

aos múltiplos “eus”, as várias posições-sujeito que esses indivíduos podem ocupar, desencadeando, dessa forma determinadas significações e não outras.

Finalmente, o terceiro procedimento interno de coerção do discurso, a *disciplina*, nas palavras do pensador francês:

se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isso constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele [...] é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular indefinidamente, proposições novas. (FOUCAULT, 2010, p.30)

A disciplina controla a produção dos discursos que podem ou não fazer parte dela, tendo em vista que para um discurso habitar certo lugar deve preencher uma série de exigências, isto é, uma proposição deve ser autorizada a assentar-se em determinado horizonte teórico para fazer parte de uma disciplina. Nesse sentido, Foucault (2010) declara que uma disciplina não é o agrupamento de tudo que pode ser dito como verdade sobre algo, nem a totalidade de tudo que pode ser acatado, a respeito de um mesmo dado, em relação a um princípio de coerência ou sistematicidade, porém “as condições, em sentido mais estritas e mais complexas, do que a pura e simples verdade” (p.31).

Os discursos produzidos pelos sujeitos acerca da polêmica do livro didático *Por uma vida melhor* tiveram que se manter nos limites fixados pelas fronteiras do que é verdadeiro e do que é falso em relação à língua e seu ensino; nos limites das regras delineadas pelas disciplinas envolvidas nesse acontecimento (escolar, midiática, científica/viés normativo, etc.). Em outras palavras, os discursos jornalísticos midiáticos do *Bom dia Brasil*, *Jornal Nacional* e *CQC* ao reatualizar incansavelmente verdades de saber congeladas construídas historicamente no âmbito escolar, a partir de enunciados já repetidos aqui diversas vezes, instituíram (ou ao menos tentaram instituir), além dos outros procedimentos, também por meio de uma disciplina (restritiva e controladora) como a língua deve ser concebida – sistema imaterial, ideal e imutável – como deve ser a prática de ensino de Língua Portuguesa – gramática pela gramática em situações descontextualizadas, deste modo, eliminando as diferentes formas de conceber e lidar com a língua.

Postos os sistemas internos de controle discursivo, é concebível asseverar que, de acordo com Foucault (2010), embora possam ser vistos como recursos infinitos para

criação dos discursos, o comentário, o autor e a disciplina, antes de tudo, são princípios de coerção. Para o autor, provavelmente, não se pode elucidar o papel positivo e diversificador dos procedimentos sem dar atenção a sua função limitadora e coercitiva.

5.3 PROCEDIMENTOS DE RAREFAÇÃO (SEGREGAÇÃO) DOS SUJEITOS QUE FALAM

O último grupo de princípios de regulação dos discursos reportam-se às práticas que têm como consequência a *rarefação(segregação) dos sujeitos que falam* por meio do *ritual*, das *sociedades do discurso*, da *doutrina* e da *apropriação social dos discursos*. Para Foucault (2010), esses procedimentos referem-se não mais à dominação dos poderes que eles têm, não mais a conjurar o acaso de seu surgimento, mas à delimitação de condições de funcionamento dos discursos através de regras impostas aos sujeitos, os quais, desse modo, podem ou não ter acesso a eles. Foucault (2010, p. 37) inquire:

Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição pré-via, à disposição de cada sujeito que fala.

O *ritual* é responsável por determinar qualificações e papéis para os sujeitos. Segundo Foucault (2010), ele define os aspectos que o sujeito deve ocupar nas diferentes situações comunicativas em certo lugar e enunciado e também os gestos, as condutas, as situações e o grupo de signos que tem de caminhar junto ao discurso, “fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles os quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção [...] ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (p.39).

Nesse sentido, acerca das reportagens analisadas, o desempenho do ritual pode ser visto na qualificação e no modo como os sujeitos se pronunciaram por se tratar de um discurso – língua e ensino – o qual, como já vimos, possui normas que validam o dizer, existe o que pode ou não ser dito e quem pode ou não dizer.

Logo, a mídia, especialmente a mídia de massa, presa a práticas consagradas em

seu interior aproxima-se dos rituais tendo em vista que, atualmente, os seus próprios instrumentos de transmissão – o rádio, o computador, a internet, e, principalmente, a televisão – são os espaços de convergência social, ou seja, o espaço onde se estabelece práticas ritualísticas. Hoje, a maior parte dos homens não procura estabelecer conexão com o mundo no centro da cidade ou na praça, eles não se reúnem mais em volta da fogueira ou da mesa de jantar, mas, majoritariamente, em frente à televisão. Ou seja, agrupa os indivíduos não só pelo simples fato de reunir, mas reúne para adquirir informações e notícias, assim sendo, conforme assistem os programas e os jornais associam a “verdade” dos acontecimentos aquela que já estava na escola, nas avaliações, nos livros didáticos, etc. É nesse ponto que se estabelece o ritual que determina particularidades e funções para os sujeitos.

Do mesmo modo, a escola, incluindo as aulas de Língua Portuguesa, também funciona por uma diversidade de rituais que perpassam a prática discursiva, como a realização de exercícios de gramática normativa, a obrigação do uso de livros didáticos e a aplicação de provas.

E a partir desses rituais promovem-se coerções nos formuladores dos discursos, pois ao delimitar as práticas ritualizadas que devem ser repetidas, dificultam-se as práticas heterogêneas (nesse caso do modo de conceber a língua e a diversidade de formar de ensiná-la) sejam elas no campo midiático ou escolar. Os rituais reiteram as atividades consolidadas historicamente em determinada esfera, além disso, induz o discurso a percorrer espaços fechados, reparte-os de acordo com normas restritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa função.

Por esse viés, embora o ritual limite as particularidades e as práticas estabelecidas anteriormente, para consolidá-las é necessário também que o discurso seja protegido, fixado e conservado em certo grupo, isto é, para Foucault (2010), a existência de *sociedades de discursos*, em que um grupo de indivíduos está autorizado a produzir e conservar determinados discursos em ambientes restritos. As sociedades de discurso visam preservar e formular discursos com o intuito de fazê-los rodear em uma área fechada, de estabelecer formas de apropriação, de “segredo” e não de permutabilidade. O autor cita, como exemplo, a foco central da escrita em nossa sociedade, a qual gera exclusão daqueles não iniciados nos procedimentos de escrituração.

Assim sendo, o *Bom dia Brasil*, *Jornal Nacional* e *CQC*, como a esfera midiática, em geral, possuem o conjunto dos poucos sujeitos que podem fazer parte delas e que podem “transmitir” ou “ensinar” determinados assuntos. Como se viu nas

reportagens escolhidas sobre a polêmica, o quadro dos jornalistas, especialistas e professores que tiveram autorização para expressarem seus pareceres, enquanto as opiniões dos alunos e também de estudiosos da linguagem seguidores de outra linha que não fosse o viés normativo foram excluídas totalmente.

Retomando também a tentativa da *Rede Globo* em manter a verdade sobre a sua própria concepção de língua e do seu ensino a partir da retomada dos diferentes programas da emissora, pode-se asseverar que as pessoas responsáveis por tal tarefa, são esses grupos restritos e autorizados, são aqueles indivíduos que no *Bom dia Brasil*, no *Jornal Nacional*, no *Fantástico*, no *Soletrando* devem reafirmar que a língua é constituída por um sistema de regras as quais possibilitam um traço de “união nacional”. Enfim, a mídia permite a certos grupos redizer e manter os discursos e excluir outros.

Diferentemente das sociedades do discurso, cujo número dos indivíduos que dizem e o lugar onde circulam os discursos é restrito, a *doutrina*, outro tipo de rarefação do sujeito, tende a difundir-se, alcançar o maior número de indivíduos possíveis, por meio da partilha de certos discursos. Para Foucault (2010), em um primeiro momento, a pertença a certo meio doutrinário viria do reconhecimento das mesmas verdades, isto é, trataria apenas do modo ou do conteúdo do enunciado, todavia, a doutrina, questiona simultaneamente, um através do outro, o enunciado e o sujeito que fala. Foucault (2010, p. 43) alega que:

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, de todos os outros; mas ela serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam.

Por esse caminho, aqueles que elucidaram suas posturas nas matérias televisivas dos programas já mencionados, mesmo podendo compartilhar seus dizeres, estavam atados a determinadas concepções, ou seja, os jornalistas valeram-se da concepção “positivista” de comunicação e também, iguais aos professores e especialistas, das concepções “pedagógicas de viés normativo”. Ora, tentaram com que os espectadores compartilhassem das suas verdades e não outras, de acordo com os valores que desde muito tempo são difundidas nos lugares que representam.

Isso posto, pode-se dizer que os programas da *Bandeirantes* e da *Rede Globo* como representantes de doutrinas que repudiam qualquer menção às variações linguísticas, por um viés doutrinário, querem expandir sua “verdade” acerca da língua e seu ensino para diversos indivíduos, quer que se reiterem inúmeras vezes essas noções que foram definidas previamente, mas, ao mesmo tempo, conseqüentemente, limitando o indivíduo do que ele pode falar, incluindo-o ou não em algum espaço.

Finalmente, o último procedimento, a *apropriação social dos discursos*, segundo Foucault (2010) diz respeito à existência de sistemas de apropriação de saberes na sociedade, em que os indivíduos que entram em contato com esses sistemas têm a permissão de pronunciar certos discursos, isto é, toda a sociedade possui instituições responsáveis pela distribuição dos discursos e pelo gerenciamento das apropriações.

Foucault (2010) cita como exemplo o sistema educacional, tendo em vista que permite ou impede a circulação de determinados discursos. Para o autor, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (p.44).

Corroborando a ideia da representatividade da mídia, e principalmente, do jornalismo televisivo, já exposto aqui, é viável dizer que, assim como a escola, a mídia, na sociedade, é um sistema de apropriação do discurso, à medida que delinea caminhos para os discursos, conserva ou transforma suas apropriações. Em outras palavras, em nossa sociedade, é um lugar legitimado para definir sentidos, posicionamentos e valores. Logo, referente à discussão em torno do acontecimento polêmico, não deixou de exercer tal função: construiu uma barreira para a entrada de discursos heterogêneos a respeito da noção de língua e do papel das aulas de Língua Portuguesa, mantendo, destacando, somente aqueles discursos consolidados, os quais são sempre repetidos.

Avaliados os procedimentos de controle de delimitação dos discursos *externos*, *internos* e de *rarefação dos sujeitos*, os quais, respectivamente, limitam seus poderes, dominam suas aparições aleatórias e selecionam os sujeitos que falam, espera-se que tenham sido demonstrados os modos como os discursos defendidos nas reportagens do *Bom dia Brasil*, *Jornal Nacional* e *CQC* reforçam/reproduzem uma concepção de língua e seu ensino, à medida que silenciaram os múltiplos modos de significar, ou seja, como se estabeleceram os processos discursivos, envoltos de relações de poder e saber, para solidificar um projeto possível: a língua não sofre modificações, é transparente e imutável e aulas de Língua Portuguesa devem ser pautadas em regras gramaticais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debater o poder na delimitação de sentidos promovido pela esfera midiática, por meio da análise dos sistemas de controle e determinação do discurso foucaultianos, foi possível demonstrar como a mídia de grande acesso vem interferindo na construção de significados que a sociedade tem sobre a língua e seu ensino. Na realidade, no direcionamento restrito que o discurso jornalístico televisivo evidencia a respeito desse tema: a língua é pautada na abstração, na imutabilidade e na norma privilegiada e o ensino de língua é cristalizado no ensino gramatical.

A partir da avaliação dos enunciados produzidos pelas reportagens do *Jornal Nacional*, *Bom dia Brasil* e *CQC* pode-se entender os enunciados em sua singularidade, em sua irrupção rara do acontecimento discursivo “polêmica do livro didático *Por uma vida melhor*”, compreendendo a pertinência em defender esses discursos já consolidados no momento sócio-político-cultural da sociedade. Acontecimento, porém, que estabeleceu correlações com já-ditos, reafirmando noções para língua e seu ensino dadas histórico e institucionalmente, advindas das múltiplas FDs. Fundamentando-se nas perspectivas arqueológica e genealógica propostas por Foucault buscou-se o emaranhado de fatos discursivos anteriores desse acontecimento – recortes da constituição do discurso escolar e do discurso midiático – visando entender como ele pode ser explicado e determinado agora.

No percurso da pesquisa, também foi possível perceber a criação de um “espetáculo” por parte das reportagens, visto que aparentaram levantar uma polêmica, na realidade, construíram uma polêmica: a do debate entre o certo e o errado na língua, a do fim da “gramática”, a do modo apropriado a ensinar Português, para ocultar outra, que, a meu ver, seria mais interessante no debate público: a dos múltiplos falares, a das múltiplas facetas da língua, a dos múltiplos modos que os professores podem ensinar a língua, em suma, a das múltiplas significações.

Investigando as instâncias do controle discursivo acerca do conceito de língua e da prática de ensino de Língua Portuguesa, de um curto período, de programas jornalísticos televisivos relevantes no cenário nacional, foi possível discutir a recorrência, a retomada, a reprodução dos mesmos discursos a partir de um jogo de esquecimento e evidências estabelecido por práticas discursivas envoltas de relações de

poder e saber. Dito de outro modo, quais as formas de enunciação foram excluídas, para que outras fossem evidenciadas.

Os dispositivos de controle e delimitação dos discursos indicaram que por meio das *interdições* foi definido que se pode falar apenas da dicotomia do “certo” e do “errado” na língua e de que os professores devem ensinar a língua que está nas “gramáticas”, pois sempre será essa a exigida nas provas, vestibulares e avaliações. O direito de falar foi concedido aos jornalistas, aos professores, aos especialistas, aos deputados, aos pais, ao MEC, os quais representam os sujeitos-lugares autorizados a expressar suas opiniões. Por outro lado, os discursos dos alunos, dos estudiosos que não seguem o viés normativo, dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, foram abafados. Compreendeu-se que assim como o louco, a voz daqueles que não falam conforme a “norma culta” deve ser *separada/rejeitada* do meio social.

Foi possível constatar também que os mecanismos de coerção são fomentados por *vontades de verdade*, as quais determinam o verdadeiro e o falso e os desejos de certeza e de saber, de determinada sociedade e período histórico. Em relação às reportagens, observou-se que ao menos dois discursos “verdadeiros” são sustentados: o primeiro reporta-se à defesa de uma língua correta em detrimento da errada, do uso privilegiado da “norma culta” e do ensino da gramática pela gramática (viés normativo). O segundo refere-se à associação entre a língua certa e o sucesso financeiro e profissional – adquirindo a norma de prestígio, a pessoa abre portas para conseguir “vencer na vida”.

Por meio do *comentário*, observou-se que para legitimar essas “verdades” buscaram-se referências de sistemas educacionais a fim de repetir e redescobrir um sentido. Em contra partida, por meio do *autor* a autorização de alguns sentidos foi dada através da individualidade, de uma assinatura legitimadora. Já as fronteiras fixadas pela *disciplina* determinaram exigências para que o discurso habita-se certo lugar restrito ou não.

Conforme se articulou a verdade consolidada sobre língua e seu ensino vistas nos programa televisão com aquela advinda da escola, das provas, dos vestibulares pode-se ver o desempenho do *ritual*. Já das *sociedades de discursos* foram observados nos grupos fechados, cujos indivíduos pertencentes a eles responsabilizaram-se por produzir e conservar os discursos. Por outro lado, a fim de difundir e partilhar o discursos de não aceitação das variações linguísticas, notou-se o funcionamento de

doutrinas. Finalmente, se viu que a mídia, assim como o sistema educacional, atualmente, pode ser considerada um sistema de *apropriação social do discurso*.

Em suma, o estudo realizado aqui tentou mostrar aquilo que nos ensina Foucault (2004, p.5): “[...] a historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido”. Por meio do exame dos mecanismos de coerção tentou-se entender como as práticas de poder diárias constroem saberes, nesse caso, como apontaram o modo que “um único e mesmo projeto pode-se manter e constituir para tantos espíritos diferentes e sucessivos” (FOUCAULT, 2002, p.6).

Os discursos das reportagens escolhidas destacaram apenas os enunciados que apontassem para a associação da língua e do ensino com “norma culta”. Reconhecer que esses valores linguísticos estagnados estão sendo reforçados é de extrema importância, pois o discurso unívoco, de “verdade absoluta”, provoca o fechamento nas inúmeras maneiras de significar. À medida que a mídia reforça os discursos em torno da ideia de “língua é única” e “aula de Língua Portuguesa é aula de gramática”, reforça, também, no aluno, no professor e na sociedade essas percepções, tornando-a um saber legitimado coletivamente, aceito na escola, em casa e na comunidade. Ao bloquear a heterogeneidade, a mídia fragmentou a realidade, como também reduziu e limitou as diferentes informações para a população. Ao vetar a multiplicidade de sentidos e defender uma “verdade absoluta”, a mídia provocou interdições, separações, exclusões e segregações.

Certamente, o presente estudo contribuiu com algumas respostas às questões postas como objetivos, no entanto, ainda deixa muitas perguntas. Além de retomar e problematizar constantemente a questão do discurso unívoco é necessário trazer à luz outras reflexões. Coloca-se, talvez para uma futura pesquisa, as seguintes problemáticas: como, os professores, os pais, os alunos e até mesmo os jornalistas podem lançar um olhar de criticidade sobre os discursos de “verdade absoluta”? Como ensinar a Língua Portuguesa ou elaborar uma reportagem sem delimitar ao extremo os espaços de significações? Como problematizar discursos que visam a “espetacularização” da cultura?

De acordo com Foucault (2004, 2010), não é possível fugirmos das redes discursivas produzidas a todo o momento. Os discursos vão sempre retomar os já-ditos constituídos historicamente e ser gerenciados por dispositivos de controle e delimitação, os quais acarretam verdades, permissões, interdições, exclusões, isto é, mecanismos

capazes de fazer esquecer ou lembrar. As relações do discurso de verdade, saber e poder não cessam de produzir efeito.

Todavia, o próprio pensador francês ensina a enxergar a positividade e a permutabilidade dos discursos, posto que as práticas discursivas de poder estão em todas as esferas da sociedade, que as lutas não devem ser para destruir uma classe dominante, mas para denunciar os discursos (especialmente, aqueles que apontam para apenas uma direção), demonstrar sua realização e funcionamento. Araújo (2004, p. 243) esclarece:

Como pode um sujeito sujeitado criticar? Pelo diagnóstico de nossa situação, pela análise dos discursos, com os olhos abertos pela e para a história e não para uma “solução final”. Talvez possamos adotar formas novas de subjetividade, isto é, de constituição de si, através de atos éticos. Normas e disciplinas não constituem um “sistema dominante” [...] Discursos, saberes, poderes, sistemas de produção de verdade se entrecruzam, produzindo comportamentos, atitudes, sexualidade, governabilidade, comunicabilidade, através da disciplina, da norma, do exame, da ciência, da tecnologia. Mas, nossa sociedade também inventou anteparos, como a crítica, a denúncia, os modos de existência e ação alternativos, a busca histórica da proveniência e do funcionamento dos discursos.

Foucault (2004, 2010) afirma que é possível questionar determinados conceitos, determinadas regularidades enunciativas e evidenciar suas implicações em determinados âmbitos sociais, como é o caso do presente estudo. Investigando os mecanismos de controle que agem nos discursos, é plausível propor táticas e estratégias para encontrar os pontos de fuga, com isso desnaturalizando, problematizando discursos consolidados. Não cabe a nós desejar a autonomia discursiva (ser livre no dizer), mas encontrar brechas no complexo emaranhado discursivo a fim de promover uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. *Aula de Português: encontro e interação*. Parábola Editorial: São Paulo, 2003.
- ARAÚJO, I. L. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. Parábola: São Paulo, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA. *Língua e Ignorância*. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.abralin.org/noticia/ABRALIN.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2012.
- ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA APLICADA DO BRASIL. *Posicionamento da Associação de Linguística Aplicada do Brasil*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.abralin.org/noticia/alab.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2012.
- BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão*. 2ªed. Loyola: São Paulo, 2001.
- BARONAS, R. “A língua nas malhas do poder.” In. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. Claraluz: São Carlos, 2003.
- BRITTO, L.P.L. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. ALB/Mercado de Letras: Campinas, 1997
- BUCCI, E. “Introdução: o jornalismo ordenador.” In *Poder no Jornalismo: Discorrer, Disciplinar, Controlar*. Hacker Editores, Edusp: São Paulo, 2003.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. Contexto: São Paulo, 2010.
- CRESWELL, J. W. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 3ªed. SAGE Publications: London, 2003.
- FISCHER, R. M. B. “Foucault e a Análise do discurso em educação.” *Caderno de Pesquisa*, n. 114, nov.2001.
- _____. “Uma análise foucaultiana da TV: das estratégias de subjetivação na cultura.” *Currículo sem Fronteiras*, v.2, n.1, p.41-54, jan-jun. 2002.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 6ª ed, Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2002.
- _____. *A Ordem do Discurso – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 20ª ed, Loyola: São Paulo, 2010.
- _____. *Microfísica do Poder*. 19ª ed, Graal: Rio de Janeiro, 2004.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Vozes: Petrópolis, 1977.

- GOMES, M. R. *Poder no Jornalismo: Discorrer, Disciplinar, Controlar*. Hacker Editores, Edusp: São Paulo, 2003.
- GREGOLIN, M. R. “Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades.” *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.
- _____. (org). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. Claraluz: São Carlos, 2003.
- _____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. 2ª ed. Claraluz: Campinas, 2006.
- MACHADO, R. “Introdução: por uma genealogia do poder” In *Microfísica do Poder*. 19ª ed, Graal: Rio de Janeiro, 2004.
- MENDONÇA, M. C. “Língua e ensino: políticas de fechamento” In *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2ª ed, Cortez: São Paulo, 2001.
- ORLANDI, E.P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 9ª ed, Pontes: Campinas, 2010.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Pontes: Campinas, 2001.
- POLETTI, J. *Vozes poéticas do mundo do trabalho*. Juruá: Curitiba, 2011.
- POSSENTI, S. “Notas sobre a língua na imprensa.” In. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. Claraluz: São Carlos, 2003.
- RAMOS, Mariana B. *Discurso sobre ciência e tecnologia no Jornal Nacional*. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnologia) - Programa de Pós-Graduação em Educação Científica Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 – CDROM com as reportagens analisadas.

ANEXO 2 – Transcrições das reportagens analisadas.

Reportagem analisada: 01 / Bom dia Brasil – Alexandre Garcia / Data: 17/05/2011

Alexandre Garcia – AG

Renata Vasconcellos – RV

RV – Alexandre Garcia, o Ministério da Educação esclareceu que a norma culta da Língua Portuguesa vai ser sempre exigida nas provas e avaliações, que isso fique bem claro.

AL – Renata, quando eu tava no primeiro ano do grupo escolar e a gente falava errado, a professora nos corrigia, porque ela estava nos preparando para vencer na vida. É notório que o conhecimento liberta, que forma eleitores e contribuintes conscientes, gente que cresce e faz o país crescer, né? É notório que o conhecimento vem pela educação, em casa, na escola, na vida. E também é óbvio que a raiz de tudo tá na capacidade de se comunicar. A linguagem escrita que transmite e difunde o conhecimento e o pensamento diferencia o animal homem dos outros animais. A educação liberta e torna a vida melhor porque nos livra da ignorância, que é essa condenação a uma vida difícil. Quem for nivelado por baixo terá a vida nivelada por baixo.

Pois, ironicamente, esse livro se chama “Por uma vida melhor”. Se fosse apenas uma polêmica linguística, tudo bem, mas faz parte do currículo de quase meio milhão de alunos. E é abonado pelo Ministério da E-DU-CA-ÇÃO. Na moda do politicamente correto, defende-se o endosso ao falar errado para evitar um preconceito linguístico.

Olha, ainda hoje, todos vimos o chefão do FMI algemado. Aqui no Brasil, ele não seria algemado porque não ofereceria risco a sua custódia. No Brasil, algemas constroem o detido. Aqui no Brasil, alunos analfabetos passam automaticamente de ano para não serem constroem. Aboliu-se o mérito e agora se aprova a frase errada para não constroem.

Olha, a Coréia saiu da terra arrasada por duas guerras em apenas duas ou três décadas de educação rígida. A China, que há poucos anos estava atrás do Brasil, sabe pra onde que i, está indo a razão de 10% ao ano do PIB: com educação rígida, tradicional, COM-PE-TI-TI-VA e premiando o mérito. Por aqui, com a chancela para ignorância que infelicita estamos apontando pro sentido contrário.

Reportagem analisada: 02 / Bom dia Brasil – Sérgio Nogueira / Data: 17/05/2011

Alexandre Garcia – AG

Renata Vasconcellos – RV

Renato Machado – RN

Sérgio Nogueira – SN

AG – Sai da televisão do estúdio.

RM – Alexandre, nós temos aqui no estúdio, a gente vai conversar também com o professor Sérgio Nogueira sobre esse livro que recomenda o, enfim, o equivocado, como é que você falou?

SN – O inadequado (risos/tom irônico).

RV – O inadequado (tom irônico).

RM – O inadequado, o inadequado, e não distingue o certo do errado. Isso seria, digamos, o início do fim da gramática?

SN – Olha, primeiro eu quero parabenizar o Alexandre que foi brilhante na sua fala, num é? Eu fico até, me tirou as palavras (risos), o safadinho do Alexandre, um abraço pra ele. Mas, a verdade é o seguinte: o fim da gramática já vem sendo feito a um bom tempo por essa nova linha do ensino da chamada Linguística Moderna, em que o certo e o errado é abandonado e a variação, as variantes linguísticas são valorizadas. Até aí tudo bem, eu não conheço a autora desse livro, eu gostaria muito de crer que ela teve boas intenções, é, que seria, digamos, incentivar os alunos a não serem preconceituosos - por sinal, função de qualquer professor.

RV – Pois é, professor...

SN – De Português, Matemática, História.

RV – A gente gostaria de mostrar, então, para as pessoas também que estão em casa, o que está nesse livro aprovado pelo MEC, olha só: (*Entra um tape com os trechos do livro junto a narração de Renata Vasconcelos*). “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”. Tem também: Na verdade popular, não, “Na variedade popular, basta que a palavra ‘os’ esteja no plural”. (*No tape também tem o "a língua portuguesa admite esta construção", mas que a repórter não lê*). Essa é a explicação que o livro dá pra poder usar assim, digamos, essa forma não tão culta da gramática. Tem outro exemplo: "Mas eu posso falar 'os livro'?". O livro diz: "claro que pode". E a explicação é a seguinte: "dependendo da situação, a pessoa corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico". Isso é preconceito, professor?

SN – Bom, da mesma forma que se ele for fazer uma entrevista, né, o Marcos Gehringer (*consultor de carreiras que participa de diversos quadros nos programas da Rede Globo*) vive falando isso, se for fazer uma entrevista de chinelo de dedo e camisa regata ele vai ser discriminado da mesma forma. O que mais me irrita nessa situação toda é que se falamos tanto em preconceito, em discriminação, eu acho que a discriminação maior é você, alguém acreditar que nossa criança é incapaz de aprender a fazer plural, a concordar verbo com sujeito. Gente, o ‘Soletrando’ (*quadro do ‘Caldeirão do Huck’ da Rede Globo*) tá provando isso aí. Questões ortográficas mais complexas eles são capazes de aprender.

RV – O programa do Luciano Hulk, no ‘Soletrando’

SN – Do Luciano Hulk, do qual eu participo, sou testemunha, ninguém me disse nada, eu vejo, eu sinto isso.

RM – E nós podemos imaginar também ao contrário, ou seja, a pessoa que estudou, que faz as concordâncias certas, que usa as palavras gramaticalmente corretas poderá ser discriminada no futuro?

SN – É, vamos ter uma inversão de valores.

RV – Agora, importante salientar é isso: até o próprio MEC fez questão de divulgar e de dizer que no vestibular, nas provas de vestibular a norma culta da língua vai ser observada.

SN – Renata, isso é um contrassenso. Se a escola é transformadora, vocês pagariam pra escola, seja, que pública é cara também, não é? Só escola pública que é gratuita que é lenda...

RV – Todos pagamos pela escola pública.

SN – Todos pagamos pelas escolas públicas. Você pagar uma escola em que o seu filho vai continuar falando aquela língua que ele não precisa, é, que ele pode aprender sozinho. Eu me lembro na época do ‘internetês’ me perguntavam: Tem que usar o ‘internetês’ na escola? Claro que não. ‘Internetês’ o meu filho aprende sozinho, em casa. Diante de um computador, não precisa de professor para isso.

RM – Professor, a língua é um traço de união nacional? E ela estaria ameaçada?

SN – Nesse caso sim. Porque é diferente você respeitar as variantes regionais, as variantes sociais e não conhecer uma língua geral, uma língua padrão. Por sinal, nosso trabalho constante aqui na Globo, que é conseguir essa linguagem, como no caso do Bom Dia, que atinge sul, norte, leste e oeste. Hoje, um gaúcho da fronteira se comunica com um sertanejo.

RV – Professor Sérgio Nogueira, muito obrigada pela sua participação.

SN – Posso dizer só mais uma coisinha aproveitando o que o Alexandre falou...

RV – Claro, pois não.

SN – Olha, diante de toda essa polêmica o MEC me desculpe, é Enem desorganizado, ProUni falta de fiscalização, agora é o livro didático, já teve problema com o livro de História. Gente, pior é aquela reportagem sobre a merenda. Essa me irrita profundamente, mais até como educador e não como professor de Português.

RV – A reportagem que o Fantástico divulgou sobre as merendas nas escolas públicas.

SN – Isso é a maior vergonha, e a diretora foi exonerada porque denunciou.

Reportagem analisada: 03 / Jornal Nacional / Data: 13/05/2011

Fátima Bernardes – FB

Heloísa Ramos - HR

Júlio Mosquera – JM

Raquel Dettoni – RD

Willian Bonner – WB

FB – Um livro de português distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) para quase meio milhão de alunos defende que a maneira como as pessoas usam a língua deixe de ser classificada como certa ou errada e passe a ser considerada adequada ou inadequada, dependendo da situação.

WB – Na semana em que o Jornal Nacional tem discutido os maiores problemas do Brasil na educação, os argumentos da autora do livro e as reações que esses argumentos provocaram estão na reportagem de Júlio Mosquera, que abre essa edição.

JM (narração) – A defesa de que o aluno não precisa seguir algumas regras da gramática pra falar de forma correta está na página 14 do livro “Por uma vida melhor”. O Ministério da Educação aprovou o livro para o ensino da língua portuguesa a jovens e adultos nas escolas públicas.

Ele apresenta a frase: "Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado", com a explicação: "Na variedade popular, basta que a palavra ‘os’ esteja no plural". "A língua portuguesa admite esta construção". A orientação aos alunos continua na página 15: "Mas eu posso falar 'os livro'?". E a resposta dos autores: "Claro que pode. Mas com uma ressalva, ‘dependendo da situação a pessoa corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico’”.

Heloísa Ramos, uma das autoras do livro, disse que a intenção é mostrar que o conceito de correto e incorreto deve ser substituído pela ideia de uso adequado e inadequado da língua. Uso que varia conforme a situação. Ela afirma que não se aprende o português culto decorando regras ou procurando o significado de palavras no dicionário.

HR – O ensino que a gente, é, defende e quer da língua é um ensino bastante plural, com diferentes gêneros textuais, com diferentes práticas, com diferentes situações de comunicação pra que essa desenvoltura linguística aconteça.

JM – O Ministério da Educação informou em nota que o livro “Por uma vida melhor” foi aprovado porque estimula a formação de cidadãos capazes de usar a língua com flexibilidade. Segundo o MEC, é preciso se livrar do mito de que existe apenas uma forma certa de falar e que a escrita deve ser o espelho da fala.

(Narração) O Ministério da Educação disse que a escola deve propiciar aos alunos jovens e adultos um ambiente acolhedor no qual suas variedades linguísticas sejam valorizadas e respeitadas, para que os alunos tenham segurança para expressar a "sua voz".

A doutora em sociolinguística Raquel Dettoni concorda que é preciso respeitar o falar popular, que não pode ser discriminado. Mas ela enfatiza que a escola tem um objetivo maior, que é ensinar a língua portuguesa que está nas gramáticas.

RD – Se a escola negligencia em relação a este conhecimento, o aluno terá eternamente uma lacuna quando ele precisar de fazer uso disso no seu desempenho social. Nós não podemos desconsiderar que a função social da escola, com relação ao ensino de língua, de língua portuguesa, é - em princípio, né? - prioritariamente ensinar os usos de uma norma mais culta.

FB – O Ministério da Educação informou ainda que a norma culta da língua portuguesa será sempre a exigida nas provas e avaliações.

Reportagem analisada: 04 / CQC / Data: 23/05/2011

Felipe Andrioli – FA

Marcelo Tas – MT

Marco Luque – ML

Maurício Meirelles – MM

Mônica Iozzi – MI

Felipe Maia – FM

Francisco Praciano – FP

Juka Kfoury – JK

Luiza Erundina – LE

Odacir Zonta – OZ

Paulinho da Força – PF

Paulo Rubem – PR

Ricardo Berzoini – RB

Participante 1 – P1 (mulher blusa branca)

Participante 2 – P2 (mulher blusa amarela)

Participante 3 – P3 (mulher jaqueta preta)

Participante 4 – P4 (homem jaqueta marrom)

Participante 5 – P5 (homem jaqueta cinza)

Participante 6 – P6 (homem blusa preta)

Participante 7 – P7 (mulher jaqueta azul)

Participante 8 – P8 (homem moletom cinza)

Participante 9 – P9 (homem camisa branca)

Participante 10 – P10 (mulher jaqueta preta e blusa rosa)

MT – Olha só, quem vai mostrar é um cara que, olha Felipe Andrioli e Mônica Iozzi, dois que fizeram seu ensino completo, olha só.

FA – Nós tá aqui em São Paulo com um monte de criança pra fala sobre o novo livro do MEC, é isso aí. Eles distribuíram mais de meio milhão de livroO ensinando errado, ensinando a falar plural no singular, singular no plural e mistura tudo. Gente, vamos fala errado, então?

Crianças – Vamo!

FA – É isso que a gente vai ensinar agora pra vocês no CQC. Lê pra mim essa frase aqui.

P1 – “Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.” É, então, recolhe, isso aqui é um absurdo. Se é para falar assim não precisa vir na escola.

P2 – Eu sou professora de Português.

FA – O que a senhora acha de um livro que acha que tá, tá tranquilo fala o artigo no plural e o substantivo no singular?

P2 – Sem comentários. É deixar os pobres cada vez mais pobres, cada vez mais desvalidos, cada vez mais abandonados.

P3 – Tem outros aspectos envolvidos nisso que não é apenas uma questão do que tá certo ou errado no livro, né? Tem uma questão política por trás disso também, mas eu acho melhor eu não conversar isso agora com vocês.

FA – Que que você achou da nova cartilha do MEC?

P4 – Eu não achei nada.

FA – Você é professor?

P4 – Eu sou. Não posso falar muito, né?

FA – Eles falaram que quem falar errado, né? Usar o plural com o singular pode correr o risco de viver o preconceito lingüístico. Você acha que quem errar uma conta vai viver o preconceito matemático?

P4 – Também essa foi boa, essa eu dei 10.

FA – Se eu chego pra ti pra ti entrevista e falo assim “Nóis tá aqui pra conversa com a professora de geografia” você acha que eu sou um bom repórter?

P3 – Não, eu acho que não, eu acho que você não é um repórter sério.

FA – É isso eu não sou mesmo, mas pelo menos eu falo o português direito, né?

P3 – Ainda bem, né?

FA – Se eu ti pergunta assim “tá esperando as criança saí do colégio?” você ia acha que eu sou um bom repórter?

P5 – Não, você precisa estudar um pouco mais, né?

FA – Mas, é que eu estudei na cartilha do MEC, você viu o novo livro do MEC? Eles falaram que assim nós pode falar.

P5 – Eu vi, um absurdo, ali é irresponsabilidade com preguiça mental.

FA – Que que você achou do ministro fala que ela tem que continua sendo distribuída, porque o contexto do livro explica o que quer dizer a frase?

P6 – Poder ser, não pensei nisso, mas de repente faz sentido.

FA – A frase está escrita assim: “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”.

P5 – Isso é um banho de ignorância vindo de professores. Temos que entender que gente do povo pode até falar assim, mas a meta é melhorar e não ensinar as coisa errada as criança.

P7 – É porque tem que respeitar a forma de falar de qualquer um, mas não deveria estar escrito isso.

FA – “O fato de estar escrito a palavra ‘os’ no plural indica que se trata mais de um livro. Na variedade popular basta que o termo esteja no plural para indicar mais de um referente.”

P6 – É, deveria ser corrigido.

FA – Qual será o próximo passo que eles vão ensinar? Falar no gerundismo, de repente.

P8 – Talvez, talvez, talvez.

FA – A gente pode ta falando no gerundismo, pode ta entrevistando também.

P8 – Sim, sim.

FA – De repente eles vão ensinar a jogar no bixo, fumar um baseadinho.

P8 – É, aí ta uma beleza.

FA – Aí foi que foi.

P8 – Aí é o Brasil, né? Aí vamo que vamo.

FA – Se seu filho chega em casa e fala: “Pai, nós fumo lá na pracinha.” Você vai ficar preocupado com a conjugação de verbo dele ou com o conteúdo do cigarro?

P9 – Não, não era meu filho.

FA – Óóóóó. Se a senhora viu a nova cartilha do MEC que tá sendo distribuída ensinando as crianças a falarem o português de uma maneira popular.

P10 – Eu ainda não vi, assim, eu não tô por dentro ainda.

FA – Vamo atrás do Juka. Pera ae, gente, vamos atrás do Juka. Juka. Que que você achou da nova cartilha do MEC?

JK – Eu acho que a gente pode gostar dos livro e continua lendo os livro e tudo bem.

FA – Você como um bom corinthiano, se um netinho seu chega e fala assim: “vô, os meus amigo lá falaram pra eu torce pro São Paulo.” Você vai se importa com o Português deles ou com as influências?

JK – Não, com a, a com escolha, com a opção equivocada. Agora, pra você ter uma idéia a minha neta, ontem, falo pra mim assim, porque eu mostrei pra outra neta que ta banguela na televisão “ó, aquele menino ta banguela que nem você”, a pequeninha, de três anos, falou: “banguela não vovô, é menino, é banguelo”.

FA – Saímos direto dos colégios de São Paulo e vamos direto para Brasília, lá está Mônica Iozzi com os nossos digníssimos congressistas. Vai lá, Moniquinha.

MI – Mas ao invés de estimular as pessoas que falam errado a estuda, o senhor não acha que esse tipo de, de, de ensinamento, enfim, pode piora esse apartheid linguístico que existe no Brasil

PR – Eu não vejo contradição entre respeita e conviver com a língua do povo, da forma como o povo se expressa, o importante é que se o povo está se entendendo quando ele conversa entre si, quando ele conversa.

FP - Modernamente, a quem diga o seguinte “que aquilo que comunica está certo”, eu não concordo. Eu acho que a escola, ela tem que trata da língua formal, da língua culta.

MI – Se qualquer coisa que comunica tá certo pra que estuda português então?

FP - Exatamente

PR – Isso não é incompatível em você querer ensinar nas escolas a que se interpretem os textos, a que se escreve a língua portuguesa de uma maneira, digamos assim, mais elaborada.

RB – Eu defendo que a gente fale corretamente, claro que existem culturas regionais que muitas vezes afrontam a boa gramática. Mas, a gente não deve ensinar isso, a gente deve simplesmente registrar a existência.

LE – Eu acho que a gente tem que garantir, sobretudo das classes populares, né? O melhor padrão de educação.

MI – Por que que o ministério da educação aceitou uma cartilha dessas Erundina?

LE – Ah, não sei dizer, né, os motivos.

MI – O senhor não acha que uma pessoa que fala o português de maneira errada, que não segue a norma culta, vai ter mais dificuldades na vida adulta pra conseguir um bom emprego, o senhor não acha que isso atrapalha?

OZ – Bom, dentro do contexto do Brasil, não.

MI – Tem muito deputado que fala errado aqui, né deputado?

OZ – Olha, é difícil para mim avaliar.

MI – É verdade que quem escreveu essa cartilha, a pedido do ministro da educação, foi o Tiririca?

FM – Tem Clementina no meio?

MI – Não tem Clementina, mas tem “Oxente, vamo lá nós, os dois fala cus amigo” sabe umas coisas assim?

FM – Sei.

MI – Você acha que os deputado vão aceita essas nova orientação, do Ministério da Educação, dos ministros?

PF – O ministro que não sabia, que não sabia fazer o ENEM?

MI – Esse jeitinho que eu fiz a pergunta para você, você acha que tá certo?

PF – Tá errado. É o ministro que não sabe fazer o ENEM que você ta falando?

MI – Também, né? O mesmo ministro. O Haddad. Você acha que ele quis fazer uma homenagem ao presidente Lula fazendo uma cartilha falando assim?

PF – Ah, não sei, né? Ele é muito amigo do Lula, né?

MI – Fala pra pessoa que fala errado, que ela ta falando certo, é não ter preconceito em relação a ela ou é simplesmente deixá-la falando errado pra vida inteira?

OZ – Eu diria que é avisar. Não é nenhum preconceito. É melhor advertir do que ignorar.

MT – É meus amigos, será, será que o presidente Lula tem a ver com esse ataque aos plural que tá acontecendo?

MM – Os plural, os programa.

MT – É um ataque, agora vamos fala o seguinte, pessoal, tem que toma cuidado pra não, assim, num precisa ensina o errado, que o errado o pessoal já sabe.

MM – Não, claro, claro.

MT – Agora, tá escrito assim no livro: “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”.

MM – Os livro mais pior o governo compro tudo. Os livro mais pior.

MT – Pode ser, e eu fico até curioso para saber o seguinte, onde uma criança estudo, estudo e estudo, e não domina a Língua Portuguesa vai trabalha?

ML – É, não vindo aqui no CQC, porque aqui já tem lugar irmão. Já tamo aqu. Já dominamo essa área.

MT – A nossa cota tá garantida.

ML – É irmão, nós aqui.